

ETEC Parque da Juventude
Curso Técnico de Museologia

Organizar para Comunicar

O dever de memória do Espaço Memória Carandiru: democratização da informação
através da atualização e ampliação da Base de Dados do EMC

Mariana Rodrigues de Sousa
Perê Fondatto

São Paulo / SP
2026

ÍNDICE

1. Introdução	4
2. Lugares de Consciência e Museologia de Memórias Traumáticas	6
2.1. O Dever de Memória e a Museologia como Reparação	7
2.2. A Ambiguidade da Memória: O Olhar Crítico de Ulpiano Meneses	8
2.3. Síntese Dialética: Encontros entre o "Dever" e a "Crítica"	10
2.4. O Território do Carandiru: Bairro, Presídio e Cicatriz Urbana	11
2.5. A Transparência Tecnológica como Garantia de Ética.....	12
3. O Território Carandiru	13
3.1. Breve história do bairro e a chegada da Penitenciária em 1920	13
3.1.1 Linha do Tempo: A Metamorfose do Território Carandiru	14
3.2. O massacre do Carandiru em 1992 e a criação do Parque da Juventude, da Biblioteca São Paulo e das ETEC's	15
3.2.1 Da "Penitenciária Modelo" ao "Lugar de Horror": a crise sob a ótica da Museologia de Memórias Traumáticas	15
3.2.2 O "Marketing da Implosão": Dilemas Éticos e a Higienização da Memória.....	16
3.2.3 Educação Patrimonial e Interdisciplinaridade: A Viabilidade da Hipótese da Cicatriz	17
3.3. Território de Disputas	18
4. Espaço Memória Carandiru (EMC): da criação aos dias de hoje	20
4.1. Maureen Bisilliat e a origem do acervo: do "Aqui Dentro" ao Laboratório de Museu	20
4.1.1 A transição da materialidade: do objeto de uso ao objeto musealizado	22
4.2.1 A formalização dos objetivos descritos no Decreto nº 52.112/2007, missão e valores do EMC	23
4.2.2 Principais mudanças na gestão e extinção do grupo gestor	24
4.2.3 Limitações e Desafios Estruturais	26
4.2.4 Contexto Político-Social e Marcos Institucionais do EMC.....	26
4.3 O EMC como Laboratório Museológico: Prática e Comparativos	29
5. Organizar para Comunicar: interdisciplinaridade na prática.....	34
5.1 As vantagens e os desafios da Interdisciplinaridade entre Museologia, Ciências da Informação, Direitos Humanos e Comunicação Social	36
5.2. Metodologias sugeridas para a atualização e ampliação da Base de Dados do EMC e outros espaços de memórias traumáticas.....	39
5.3. Plano de ação para atualização e ampliação da Base de Dados sobre o EMC: adoção do software Tainacan e a inclusão do EMC na rede Brasileira	42

6. Impactos da atualização da Base de Dados no EMC	54
___ 6.1 Uma sugestão para atualização do software: do Winisis para o Tainacan ..	55
___ 6.2 Uma sugestão para a exposição: novo painel na exposição permanente ..	57
___ 6.3 Uma sugestão para divulgação do projeto	62
___ 6.4 Uma sugestão para comunicação institucional	65
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
8. Referências bibliográficas	70

1. Introdução

Este projeto tem como missão destacar o dever de memória do Espaço Memória Carandiru (EMC) como sítio de consciência ao estudar a viabilidade da atualização e ampliação do acervo museológico digitalizado, e da inclusão de diferentes tipos de acervo – arquivístico, bibliográfico e midiático. E consequentemente, facilitar a pesquisa acadêmica sobre o território do Carandiru ao democratizar o acesso a informações até então pulverizadas e pouco acessíveis.

O capítulo intitulado “Lugares de Consciência e Museologia de Memórias Traumáticas”, dedica-se à contextualização teórica do EMC no universo das instituições que abordam este tipo de memórias. Neste capítulo serão apresentados os conceitos de Ulpiano Meneses¹, Letícia Julião e Ana Paula Brito² sobre memórias traumáticas, suas particularidades e responsabilidades que os distinguem dos demais lugares de memórias, tais como a necessidade rigorosa de uma conduta ética, a obrigação da pluralidade de narrativas e seu fundamental papel na intermediação das diferentes narrativas que disputam aquele território para enriquecer as reflexões sobre a definição e a vocação desses sítios de memórias e/ou lugares de consciência.

Na sequência, o capítulo “O território Carandiru”, analisará os principais aspectos históricos e geográficos do território, para aprofundar as reflexões referentes ao bairro e à antiga Penitenciária do Estado, ressaltando a complexidade da relação entre o crescimento da cidade de São Paulo e o desafio da segurança pública, que resultou no encarceramento em massa e nas constantes violações de direitos humanos, culminando no Massacre do Carandiru no dia 2 de outubro de 1992.

O Capítulo 4 é inteiramente centrado no Espaço Memória Carandiru (EMC). Serão detalhadas a origem do seu acervo (cedido pela a fotógrafa e pesquisada Maureen Bisilliat), os documentos oficiais da criação do EMC junto à Secretaria de Gestão e Tecnologia da Prefeitura de São Paulo, além da missão, visão e valores do EMC. Este capítulo também abordará a função do EMC como laboratório do Curso Técnico de Museologia e apresentará os resultados dos diagnósticos setoriais da instituição, abrangendo as esferas institucional, comunicacional, educacional, de pesquisa, acervo e expografia.

No capítulo seguinte, “Organizar para Comunicar: interdisciplinaridade na prática”, apresento os argumentos que buscam validar a hipótese de que *a organização das informações em uma base de dados que possua mecanismos de catalogação e de pesquisa padronizados por protocolos internacionais de tratamento de dados, que dialoga com outros centros de documentação de sítios de consciência no Brasil e no mundo, que possui código aberto, ou seja, que não gera custos de licenciamento ou de manutenção e que opera com uma com metodologias de tratamento de dados internacionalmente padronizada é fundamental para garantir que a comunicação*

¹ Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. Ulpiano T. Bezerra de Meneses. Página 5. Conf. 10o. Encontro Paulista de Museus – Memorial da América Latina / 18.07.2018.

² Museologia de memórias traumáticas: a experiência brasileira e as memórias da ditadura. Ana Paula Brito e Letícia Julião. Página 23. Publicado em 21/06/2023.

museal (entre a instituição e a comunidade), seja verdadeiramente democrática, acessível, ética, responsável e coerente com a missão de um sítio de consciência, sendo uma alternativa viável e não somente uma intenção.

E por fim, o capítulo intitulado “Impactos da ampliação da Base de Dados no EMC” delinea algumas sugestões de ações para a concretização desta atualização da Base de Dados, como por exemplo: a atualização da política de acervos, a modernização do banco de dados (WINISIS para Tainakan), uma intervenção na exposição de longa duração para divulgar a atualização do BD do EMC para o público visitante, uma ação educativa ("Mapa Virtual do Território Carandiru") e um programa de comunicação com uma estratégia de divulgação da nova BD do EMC para o público acadêmico da ETEC Parque da Juventude.

2. Lugares de Consciência e Museologia de Memórias Traumáticas

Após entrar em contato com as ideias de pesquisadores(as) como Samantha Quadrat, Letícia Julião, Ana Paula Brito, Lilia Scharwaz e David Ribeiro, entendi que a criação de espaços dedicados à memória de eventos traumáticos no Brasil não segue um caminho simples; é, na verdade, um campo de intensas disputas sobre como devemos lembrar o nosso passado. Neste capítulo, proponho uma imersão na chamada "Museologia de Memórias Traumáticas". Meu objetivo é investigar como a gestão desses acervos sensíveis pode auxiliar na construção de um olhar crítico frente a "um passado que não passa" (Quadrat, XXXX) ou, por outro lado, acabar reforçando o esquecimento, consciente ou inconsciente. Foco minha análise na passagem do "objeto de dor" para o "documento de consciência", um processo que acredito precisar de um cuidado ético muito profundo.

Como observam Brito e Julião (2023), existe hoje uma demanda crescente para que a Museologia brasileira ajude a ampliar o uso dessas memórias difíceis no nosso presente. Segundo Letícia Julião:

observa-se que a Museologia vem se ocupando de forma crescente do tema, assinalando um cenário promissor em âmbito nacional. É possível afirmar, portanto, haver uma nascente museologia de memórias traumáticas no Brasil.[...] referentes não apenas ao período da ditadura civil-militar, mas a tantos outros passados marcados por violências e crimes de lesa-humanidade."³

No entanto, não perco de vista os riscos desse processo. Ulpiano Meneses (2018) afirma que o museu deve ser uma "arena para discordâncias criativas", onde a memória não seja apenas celebrada, mas também questionada. Essa tensão entre o acolhimento da dor e o rigor da análise histórica é o que define, para mim, o que deve ser um Sítio/Lugar de Consciência.

Acrescentando mais uma camada a esta reflexão, Samantha Quadrat (2018) amplia o conceito de *lugares de memória* de Pierre Nora (2013) ao trazer o conceito de *lugares de consciência*. Este último pode ser lido como um local que, além de guardar as memórias da violência, convoca seus visitantes a refletirem sobre seu passado traumático, já que em determinados casos, estes locais podem ser considerados como provas judiciais da violência infligida,

A autora traz também a importância da patrimonialização em diferentes esferas (nacional, estadual e municipal) desses lugares de memória ou consciência. É notório que não se trata de um patrimônio ao qual estamos acostumados (como por ex.: igrejas, estátuas, danças e culinárias), pelo contrário, tratam-se de memórias incômodas e que possivelmente não são um consenso entre a população (como por ex.: os pavilhões 4 e 7 do antigo Complexo Penitenciário Carandiru) mas que passam a fazer parte da História Nacional ao serem tratados como lugares oficiais de memória.

³ Museologia de memórias traumáticas: a experiência brasileira e as memórias da ditadura. Ana Paula Brito e Letícia Julião. Página 23. Publicado em 21/06/2023.

À luz dessas teorias, minha intenção é aprofundar minha compreensão sobre como o trauma é tratado pelas instituições museológicas e pavimentar o caminho para defender um sistema de informação que seja, ele próprio, um instrumento de transparência e democracia. Sendo assim, os tópicos a seguir detalham as semelhanças e, principalmente, as diferenças de pensamento que vão embasar o diagnóstico a respeito do acesso à informação no Espaço Memória Carandiru (EMC), e como este acesso pode levar o EMC de um lugar de memória para um lugar de consciência.

2.1. O Dever de Memória e a Museologia como Reparação

Tomo como ponto de partida para minha reflexão a ideia de Brito e Julião (2023) de que o Brasil ainda convive com silêncios sobre as violências de Estado. Nesse cenário, vejo na Museologia de Memórias Traumáticas um caminho para ativar politicamente o passado. Procuro deslocar o olhar da preservação física isolada para pensar no impacto social que a lembrança desses eventos pode gerar hoje.

O conceito de **Dever de Memória** é a base da minha perspectiva. Compreendo-o como um compromisso moral da sociedade em não esquecer crimes contra a dignidade humana. Para mim, o museu funciona como um arquivo vivo que ajuda a enfrentar tentativas de apagar a história.

Partindo dessa premissa, analiso o acervo traumático como parte de uma justiça de transição. No caso do EMC, o ato de guardar documentos não é só uma tarefa administrativa, mas uma forma de reparação simbólica. Ao musealizar o trauma, a instituição reconhece a responsabilidade pública sobre o que aconteceu.

Concordo com Brito e Julião quando dizem que as iniciativas de memória no Brasil "ocuparam as vias públicas e foram paulatinamente sendo ressignificadas" (2023). Percebo o Sítio de Consciência não como um espaço parado no tempo, mas como um lugar de diálogo e luta constante.

Observo que a ética dessa museologia pede que o acesso à informação seja democrático. Se a memória é um direito, vejo sistemas de busca muito fechados como uma nova forma de silenciar as pessoas. Considero que facilitar o uso de uma base de dados é, na prática, cumprir esse dever de memória.

Destaco a importância da participação das vítimas e da sociedade. Muitos sítios de memória no Brasil nasceram de mobilizações populares, como o projeto "Brasil Nunca Mais" (BRITO; JULIÃO, 2023). Essa característica me faz pensar o museu como um lugar que deve ser transparente em tudo o que faz.

Acompanho as autoras na ideia de que precisamos usar essas memórias traumáticas no presente. Para mim, isso significa que o museu deve ajudar a iluminar problemas atuais, como o encarceramento em massa e o racismo estrutural.

O documento, para mim, funciona como uma "prova". Ele é o rastro material que evita que apenas a versão oficial dos fatos seja contada. Por isso, sinto que organizar esses arquivos no Carandiru tem um peso político muito especial.

Acredito que a Museologia Social pode ajudar a fortalecer nossa consciência coletiva. Sinto que isso só acontece se o museu souber comunicar o que guarda. É aqui que o título do meu TCC, "Organizar para Comunicar", ganha todo o seu sentido teórico.

Vejo a tecnologia fácil de usar como uma garantia de ética. Penso que um sistema que dificulta a pesquisa acaba excluindo as pessoas. Por isso, busco defender interfaces que funcionem como portas abertas, e não como muros.

Sublinho a importância de estarmos conectados a redes mundiais de Sítios de Memória. E reforço que softwares modernos facilitam essa união e protegem o acervo contra possíveis descasos políticos no futuro.

Além disso, entendo que preservar essas memórias exige um cuidado delicado com a dor das vítimas. Para mim, organizar dados pede sensibilidade para não causar mais sofrimento, respeitando a privacidade mas garantindo o direito à verdade.

Coloco a educação em direitos humanos como um dos grandes objetivos. Porém, no meu ponto de vista, o museu também ensina quando permite que o visitante descubra, por conta própria, as provas da história. Para que isso ocorra, busco um sistema de pesquisa que seja intuitivo.

Concordo com Brito e Julião que "patrimonializar a dor" é uma estratégia para proteger a democracia. No Carandiru, isso significa manter viva a história dos objetos de uso cotidiano. Cada dado organizado é um pedaço de humanidade que recuperamos.

Por fim, vejo a perspectiva das autoras como um convite para escutar as vozes que foram caladas. Ao facilitar o acesso a esses registros, sinto que estou ajudando a garantir que a luta contra o esquecimento seja algo acessível a qualquer cidadão.

2.2. A Ambiguidade da Memória: O Olhar Crítico de Ulpiano Meneses

Acolho com carinho o alerta de Ulpiano Bezerra de Meneses (2018): a memória é ambígua. Ela não é um "xerox" do passado, mas algo que construímos hoje. Acompanho o autor quando ele sugere que muitas vezes confundimos o ato de lembrar com o ato de produzir conhecimento histórico.

Para mim, a ideia de que o museu deve "interrogar o passado" em vez de apenas fazer homenagens é essencial. Adoto sua distinção entre **Memória e História**. Enquanto vejo a *memória* como algo mais emocional, a *história* precisa de análise e de provas cruzadas.

Considero o risco da **Sacralização** um dos pontos mais fortes de Meneses. Concordo que, se tratarmos o trauma como algo "sagrado" e intocável, paramos de debater. Como ele diz, "a memória é também uma gestão de ausências", e sinto que o museu não pode deixar as pessoas paralisadas pela dor.

Utilizo essa reflexão para fundamentar minha crítica ao sistema atual do EMC. Se os dados estão presos em um software difícil, sinto que eles acabam se tornando intocáveis. Vejo a transparência como o caminho para tirar a informação desse isolamento.

Defendo, junto com Meneses, que o museu deve ser um "laboratório da história". Isso significa que o visitante não deve receber uma verdade pronta. Para que eu possa ver o museu como esse laboratório, sinto que a base de dados precisa ser amigável, permitindo que as pessoas investiguem os fatos.

Somado a isso, também me aproprio da crítica ao "fetichismo do objeto". No Carandiru, um objeto sozinho não conta a história toda. O sentido real está na documentação que explica aquele item. Sem uma organização eficiente, temo que o objeto acabe virando apenas um espetáculo triste.

Vejo a organização da informação como o que garante a seriedade da instituição. Acompanho Meneses na ideia de que o museu deve produzir conhecimento. Na minha proposta, a tecnologia de busca deve ser uma ferramenta que ajude o usuário a ir além da emoção inicial.

Reconheço a importância da autonomia do visitante. Temo, como o autor, o modelo de museu que dita o que as pessoas devem sentir. Minha proposta é de um espaço que ofereça "discordâncias criativas". Para que isso aconteça, entendo que o público precisa ter acesso a diferentes versões e documentos.

Preocupo-me também com a "domesticação" da memória. Isso pode ocorrer quando simplificamos demais o trauma. Facilitar o acesso ao documento bruto é uma forma de manter a história "viva" e provocativa, sem filtros excessivos.

Faço minha pergunta: "Podem os museus ser arenas para discordâncias criativas?". No EMC, minha resposta passa pela Base de Dados. Se o sistema for aberto e amigável, o público ganha liberdade para formular suas próprias perguntas.

Tomo a documentação como a "coluna vertebral" do museu. Sinto que a invisibilidade do acervo é um problema ético em um Sítio de Consciência, pois dificulta que a sociedade use o passado para refletir sobre o presente.

Nesse sentido, minha crítica foca na interface tecnológica que temos hoje. Vejo um sistema antigo como uma barreira ao conhecimento. Se o pesquisador desiste por causa de um software ruim, sinto que o museu não cumpriu sua missão de informar.

Reflico sobre a "densidade" da informação. Não me basta o dado isolado; busco o contexto. Minha proposta de incluir livros e teses na base de dados do EMC busca oferecer as várias camadas de leitura que Ulpiano sugere serem necessárias.

Sugiro que o museu deve promover um certo "desconforto" que nos faça pensar. Vejo o acesso fácil aos registros como uma forma de gerar essa reflexão. Para mim, a tecnologia deve servir para aproximar o cidadão da realidade dos fatos.

Por fim, Ulpiano Meneses me convida a pensar a Museologia como um campo de perguntas. Ao organizar a base de dados de forma democrática, sinto que estou

convidando as pessoas a construírem, com autonomia, sua própria visão sobre a história.

2.3. Síntese Dialética: Encontros entre o "Dever" e a "Crítica"

Neste tópico, busco mapear como as ideias das autoras (BRITO; JULIÃO, 2023) e do Ulpiano (MENEZES, 2018) convergem e divergem.

Primeiramente, identifico um ponto de união muito forte: *todos concordam que o museu deve servir à sociedade*. A ideia de um museu isolado e desconectado do mundo não é mais aceita. Percebo que tanto Meneses quanto as autoras defendem que a documentação é o que dá valor ao patrimônio.

Em segundo lugar, sinto que a transparência é outra característica que une esses autores. Para todos, dificultar o acesso à informação é um erro. No entanto, noto uma diferença sutil: enquanto as autoras buscam a reparação política, Meneses foca na produção de conhecimento histórico.

Vale ressaltar que Meneses coloca um limite importante ao nos lembrar da necessidade de análise imparcial, enquanto as autoras nos lembram do compromisso humano com as vítimas. Eu busco me colocar no centro desse diálogo, entendendo que o EMC precisa tanto da empatia quanto da crítica.

Para facilitar essa visualização, elaborei uma tabela comparativa que resume como esses conceitos se equilibram no meu trabalho:

Ponto de Comparação	Brito & Julião (2023)	Ulpiano Meneses (2018)	Como aplico no meu TCC
Foco principal	Reparar a injustiça social	Produzir conhecimento histórico	União O EMC deve ser ético e científico
Uso do trauma	Luta e resistência	Análise e interrogação	Equilíbrio Sentir e compreender
Principal risco	Esquecimento	Sacralização/Anestesia	Ação Combater o silêncio e o misticismo

Ponto de Comparação	Brito & Julião (2023)	Ulpiano Meneses (2018)	Como aplico no meu TCC
Documento	Prova material	Fonte de dúvida	Síntese A base de dados como prova e estudo
Acesso	Direito das vítimas/sociedade	Direito do cidadão autônomo	Objetivo Busca intuitiva para todos

Prosseguindo, acredito que essas teorias se completam quando o "dever de memória" dá o motivo para documentar, e a "crítica histórica" dá o método. Sinto que uma visão ajuda a equilibrar a outra.

Entendo que o compromisso das autoras nos recorda que, no Brasil, o documento é muitas vezes a única justiça que resta. Por outro lado, Ulpiano nos avisa que a emoção sozinha não explica as causas dos problemas.

Dessa forma, uso essas tensões para fortalecer meu argumento: organizar a informação é um gesto de empatia e reparação que também permite o exercício da pesquisa e da crítica. Facilitar o acesso não é escolher um lado, mas oferecer ferramentas para todos.

Sinto que minha proposta de atualização tecnológica através de um software open source e de fácil utilização (tanto para o público interno quanto para o público externo) é onde esses caminhos se cruzam. Ao facilitar a busca, procuro atender ao dever de memória e, ao mesmo tempo, permitir que o museu funcione como um laboratório de museologia de verdade.

Finalizo esta síntese compreendendo que minha escolha pelo Tainakan não é apenas técnica. É o resultado da vontade em unir o direito de lembrar com o dever de entender a história, de forma profunda, através da atualização e da ampliação da Base de Dado do EMC, e impedir que o objeto de vire fetiche, pois essa Base de Dados fornece o contexto documental que o "humaniza" todos os objetos musealizados.

2.4. O Território do Carandiru: Bairro, Presídio e Cicatriz Urbana

Analiso a relação entre o trauma e o lugar como algo fundamental. Brito e Julião (2023) mostram como esses espaços ganham novos nomes e usos na democracia. Vejo o Carandiru como um exemplo marcante disso: o presídio que virou parque e os pavilhões que viraram escolas. Contudo sinto que a memória do presídio ainda vive naquele território.

Utilizo o pensamento de Ulpiano Meneses (2018) para ver o território como um lugar de disputa. Ao longo dos 18 meses do curso técnico de Museologia, percebi que o Parque da Juventude pode acabar escondendo a história se não buscarmos formas de manter a memória presente. O lugar fala através dos registros que o descrevem.

Sinto que a conexão entre o bairro e o presídio é algo que ainda não se separa, vejo que a memória do bairro de Santana guarda histórias que poderiam ajudar a contextualizar o que foi o Carandiru em toda a sua complexidade.

Para mim, incluir a história do território na base de dados através de bibliografias, fotografias, reportagens e outros suportes midiáticos é ampliar o dever de memória para apenas documentar apenas a tragédia, mas a vida que existia ao redor do presídio, sempre buscando a densidade histórica que Meneses sugere.

2.5. A Transparência Tecnológica como Garantia de Ética

Tomo como premissa a fala de XYZ que afirma que a tecnologia sempre carrega uma intenção e que um dos objetivos dos espaços de memórias traumáticas é ampliar o acesso e o uso dos traumas do passado no presente, disponibilizar uma Base de Dados difícil de utilizar acaba ajudando no esquecimento e/ou apagamento das histórias traumáticas que tiverem aquele território como palco, mesmo sem querer.

Para mim, ser transparente é seguir o que Ulpiano sugere: tirar o "véu de sagrado" da informação. As leituras realizadas embasam minha sugestão de usar o software brasileiro e código aberto Tainakan no EMC como ferramenta fundamental para que o Espaço possa disponibilizar os dados brutos para todas as pessoas interessadas no território do Carandiru. Deste modo, elas podem acessar, usar, pesquisar, refletir, criticar e aprender de maneira autônoma, sem nenhum tipo de viés e/ou mediação.

A mudança que proponho é a transformação do EMC de um "museu-templo" (onde a informação é tratada como sagrada e acessível somente a um pequeno e seletivo grupo) para um "museu-plataforma" (onde o espaço museológico serve como uma plataforma de encontro entre o público e informação sobre os objetos musealizados).

Ou seja, facilitar a pesquisa em sítios de memória ou em espaços de memórias traumáticas é, de maneira singela, um gesto de respeito aos Direitos Humanos. "Organizar para Comunicar" é minha forma de contribuir na busca por uma alternativa que mantenha viva e acessível a memória do território Carandiru.

Vale ressaltar também que a escolha por um software brasileiro e de código fonte aberto também é um gesto de respeito ao que o Ulpiano (2018) chama de "soberania digital", permitindo que o EMC tenha total autonomia sobre sua memória já que não depende de licenças de empresas privadas, indo ao encontro com uma das premissas da Museologia Social.

3. O Território Carandiru

Neste capítulo, abandono a abstração teórica para investigar a materialidade do espaço onde estudo. Entendo o território do Carandiru não apenas como um endereço, mas como uma camada complexa de memórias sobrepostas que ajudam a definir a identidade da Zona Norte de São Paulo. Ao analisar o território, percebo que a instalação da Penitenciária do Estado em Santana não foi um evento isolado, mas o resultado de uma política de Estado que unia o urbanismo de viés higienista ao desejo de controle social a qualquer custo.

3.1. Breve história do bairro e a chegada da Penitenciária em 1920

Após a leitura de textos de autores como Fernando Salla e Gois, acredito que a escolha de Santana para receber a "Penitenciária Modelo" foi motivada por uma combinação de conveniência geográfica e oportunidade fundiária. O Governo do Estado de São Paulo buscava uma região que fosse, ao mesmo tempo, isolada o suficiente do núcleo urbano central para evitar o "contágio" moral e físico da população, mas próxima o bastante para facilitar o transporte e a logística de insumos (SALLA, 2006). A área escolhida fazia parte da antiga Fazenda de Santana, de propriedade da Companhia de Jesus, que havia sido incorporada ao patrimônio público após a expulsão dos jesuítas. O terreno era vasto, pantanoso e considerado de baixo valor comercial para a expansão residencial imediata, o que permitiu ao Estado construir um complexo de grandes proporções sem os custos de desapropriação de áreas consolidadas.

Analiso que os responsáveis por essa decisão operavam sob o viés ideológico do Higienismo e do Positivismo, correntes dominantes na República Velha. A escolha do local e o projeto foram gestados durante a gestão de Washington Luís, então Secretário de Justiça e Segurança Pública (1906-1912) e, posteriormente, Presidente do Estado de São Paulo (1920-1924). Washington Luís, junto ao arquiteto Ramos de Azevedo, defendia que o crime era uma "doença social" que deveria ser tratada em ambientes controlados, limpos e isolados da "cidade sadia". O objetivo era retirar do centro da cidade (onde a Cadeia da Luz já se encontrava superlotada e insalubre) as figuras que perturbavam a ordem burguesa, confinando-as em uma estrutura que impusesse disciplina através do trabalho e da arquitetura imponente (GOIS, 2005).

No que tange ao impacto cotidiano, observo que a chegada da Penitenciária em 1920 impactou a vida dos moradores de Santana. Antes caracterizado por chácaras de lazer e ar puro, a margem direita do rio Tietê tornou-se uma área militarizada até meados de 1950 e o bairro passou a conviver diferentes órgãos da polícia. A demanda por serviços de alimentação, hospedagem para famílias de detentos e a circulação de funcionários públicos e guardas penitenciários impulsionaram uma pequena rede de comércio e serviços no entorno da Avenida Zaki Narchi e imediações (PORTO, 2012). No entanto, o "muro" não era apenas físico: se criou uma barreira simbólica, onde o

bairro de Santana cresceu "de costas" para o complexo, isolando o presídio em uma espécie de "área proibida" que só seria reintegrada à cidade, de forma traumática, décadas depois.

3.1.1 Linha do Tempo: A Metamorfose do Território Carandiru

Para situar as transformações físicas e simbólicas deste território, organizei a linha do tempo abaixo. Esta sequência não visa ser apenas uma lista de datas, mas ser também um registro da transição de uma "utopia higienista" para um cenário de trauma e, por fim, para um espaço de educação e lazer.

- **1911-1920: A Gênese do Cárcere.**

Início das obras e inauguração da Penitenciária do Estado de São Paulo. Projetada por Ramos de Azevedo, a instituição foi concebida sob a égide do "Direito Penal Científico", focada na regeneração pelo trabalho e isolamento. (Fonte: SALLA, Fernando. As prisões em São Paulo: 1822-1940. Annablume, 2006).

- **1956: A Expansão e a Casa de Detenção.**

Inauguração da Casa de Detenção (anexo ao complexo original), para abrigar presos aguardando julgamento. O território consolida-se como o maior complexo prisional da América Latina. (Fonte: SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Administração Penitenciária. Histórico das Unidades Prisionais, 2024).

- **1970-1980: O Colapso do Modelo.**

O complexo atinge níveis críticos de superlotação e degradação. O bairro de Santana cresce ao redor das muralhas, vivenciando a tensão de grandes rebeliões, como a de 1982. (Fonte: PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e Segurança Pública em São Paulo. Contexto, 2012).

- **02 de outubro de 1992: O Massacre.**

Intervenção da Polícia Militar no Pavilhão 9 após uma briga entre detentos. O resultado são **111 mortos oficiais**, transformando o Carandiru em um "não-lugar" e símbolo global de falência humanitária. (Fonte: RELATÓRIO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1992; VARELLA, Drauzio. Estação Carandiru. Companhia das Letras, 1999).

- **2002: A Desativação e a Implosão.**

Transferência dos últimos detentos para unidades no interior do Estado. Em 8 de dezembro, os Pavilhões 6, 8 e 9 são implodidos, marcando o início da tentativa de "apagar" o estigma do bairro. (Fonte: ACERVO JORNALÍSTICO DO ESTADO DE S. PAULO, Edição de 09/12/2002).

- **2003-2007: A Transição pelo Lazer (Parque da Juventude).**

Inauguração das fases "Esportiva" e "Contemplativa" do Parque da Juventude. O projeto paisagístico de Rosa Kliass busca ressignificar o solo através do verde. (Fonte: KLIASS, Rosa Grena. Parques Urbanos de São Paulo. Senac SP, 2004).

- **2010-2012: A Chegada do Saber (Biblioteca e ETECs).**

Inauguração da Biblioteca de São Paulo (no local do antigo Pavilhão 4) e instalação das ETECs Parque da Juventude e de Artes. O território completa sua transição institucional: do confinamento punitivo à democratização do conhecimento. (Fonte: SISEM-SP. Espaço Memória Carandiru: Documentação Institucional, 2023).

3.2. O massacre do Carandiru em 1992 e a criação do Parque da Juventude, da Biblioteca São Paulo e das ETEC's

Entendo que a crise provocada por uma das mais graves violações de Direitos Humanos na história recente do Brasil, o Massacre de 111 detentos em 02 de outubro de 1992, não foi apenas um colapso de segurança pública, mas uma mudança definitiva na identidade do território. O Pavilhão 9, que originalmente deveria representar a eficácia do isolamento produtivo da "Penitenciária Modelo", tornou-se o centro de uma política de extermínio. Na ótica da Museologia de Memórias Traumáticas, observo que este evento transmutou o espaço em um **"lugar de horror"** — um sítio onde a violência de Estado se manifestou de forma extrema, gerando um patrimônio de dor que interrompeu a narrativa de modernização gestada na década de 1920 (BRITO; JULIÃO, 2023).

3.2.1 Da "Penitenciária Modelo" ao "Lugar de Horror": a crise sob a ótica da Museologia de Memórias Traumáticas

Essa transmutação transformou o território do Carandiru em um **"patrimônio sensível"**, forçando o Estado a lidar com uma pressão internacional sem precedentes, especialmente da Organização dos Estados Americanos (OEA). A contagem oficial de 111 mortos — número muito contestado por sobreviventes e entidades de Direitos Humanos — tornou a existência física do complexo insustentável para uma São Paulo que buscava se projetar como metrópole democrática. Identifico que, para a Museologia, essa ruptura significa que o silêncio deixou de ser uma opção ética; o presídio tornou-se símbolo de sua própria tragédia onde a manutenção das galerias passou a ser lida como a manutenção de um monumento à falência humanitária (VARELLA, 1999).

Entendo que, enquanto a "vitrine" do sistema prisional desabava sob o peso das execuções, o território de Santana era reconfigurado como um **Sítio de Consciência** em potencial. Entendo que o Massacre de 1992 retirou o "véu de normalidade" que a vizinhança tentava manter, expondo o Carandiru como um arquivo vivo de violações que não poderia mais ser ignorado pelo urbanismo. Como aponta Fernando Salla (2006), o massacre não resolveu a crise penitenciária, mas a tornou uma ferida

exposta que exigia uma resposta radical do Estado, que passou a ser não apenas um "gestor de presos", mas um "gestor de memórias traumáticas".

Observo que a "estética do horror" que se instalou após o massacre confrontou diretamente o projeto higienista original. A Museologia de Memórias Traumáticas ensina que tais rupturas exigem uma **ética da representação**: é preciso documentar o trauma sem espetacularizá-lo. No entanto, o Estado respondeu a essa fratura com um silêncio institucional progressivo, deixando a estrutura física degradar para que a futura demolição fosse aceita como a única saída. Essa transição do "lugar modelo" ao "lugar de horror" é o que fundamenta a possibilidade de reparação simbólica que buscamos hoje no Espaço Memória Carandiru.

A transmutação de "Penitenciária Modelo" ao "Lugar de Horror" pelo Massacre de 1992 é o "nervo exposto" da nossa pesquisa. Como estudante deste campus e pesquisadora, compreendo que minha sugestão de atualização e ampliação da base de dados do EMC é uma tentativa de organizar os fragmentos desta fratura. Lembrando que, este é somente um dos objetivos deste projeto, assim como tentar garantir que o "horror" não seja meramente higienizado, e se torne um instrumento crítico. Ao unir a descrição dos fatos à teoria museológica, a intenção é minimizar o soterramento das memórias das vítimas, transformando o local do massacre em um suporte informacional de resistência e de justiça de transição.

3.2.2 O "Marketing da Implosão": Dilemas Éticos e a Higienização da Memória

Ao investigar a implosão dos pavilhões em 2002, percebo que o Estado de São Paulo enfrentou o dilema ético central da patrimonialização de sítios de consciência: **o que preservar e o que destruir?** Analiso que a escolha pela implosão espetacularizada foi uma resposta política que priorizou o "alívio visual" em detrimento da preservação documental. Ao transformar a queda do concreto em um evento midiático, o Estado operou uma **higienização da memória**, tentando apagar o suporte físico do trauma para vender uma promessa de futuro sem cicatrizes.

Identifico que os dilemas éticos aqui são profundos. Patrimonializar a dor é difícil porque o vestígio incomoda. No entanto, a Museologia Social argumenta que a destruição do vestígio é uma forma de segunda violência. Observo que o "Marketing da Implosão" vendeu a ideia de que a demolição era necessária para o "progresso" do bairro de Santana, mas ignora o fato de que sítios de consciência dependem da materialidade para gerar empatia e reflexão crítica. Ao nivelar o solo, o Estado dificultou a construção de uma **pedagogia do lugar**, restando apenas vazios que o gramado do parque tenta preencher.

Entendo que a patrimonialização seletiva (mantendo apenas os Pavilhões 4 e 7) revela uma hierarquia de memórias imposta pelo poder público. Optou-se por preservar apenas o que poderia ser funcionalizado para a educação, descartando os locais onde o massacre de fato ocorreu. Esse dilema ético — escolher a função em vez do testemunho — é o que Ulpiano Meneses (2018) define como a gestão de

ausências. O Estado geriu a ausência do Pavilhão 9 para que o "fantasma" do massacre não perturbasse o novo uso do espaço.

Analiso que a higienização não é apenas física, mas também **informacional**. Se o prédio caiu, o acesso à informação sobre o que havia dentro dele torna-se ainda mais vital. É aqui que os dilemas éticos da patrimonialização encontram a tecnologia: como a base de dados pode "reconstruir" o que a implosão tentou apagar? Compreendo que a transparência tecnológica é a resposta ética ao marketing da implosão, garantindo que o apagamento arquitetônico não se torne um apagamento histórico definitivo.

Acredito que o Parque da Juventude vive sob a tensão desse dilema. Ele é um espaço de lazer belíssimo, mas é também um terreno de **amnésia induzida**. Meu papel como museóloga em formação é interrogar essa paisagem limpa, expondo as camadas de memória que a implosão tentou soterrar, transformando o "vazio" deixado pelos explosivos em um espaço de questionamento sobre as políticas de esquecimento do Estado.

3.2.3 Educação Patrimonial e Interdisciplinaridade: A Viabilidade da Hipótese da Cicatriz

Refletindo sobre o que seria uma "Educação sobre a Cicatriz" no território do Carandiru, penso que esta ideia só deixa de ser uma missão utópica e passa a ser uma **hipótese viável** quando adotamos a Educação Patrimonial sob uma perspectiva crítica e interdisciplinar. Entendo que ensinar sobre o trauma exige o cruzamento de diferentes saberes: a História fornece o fato; a Museologia / Biblioteconomia / Arquivologia / Tecnologia da Informação fornecem os métodos de armazenamento, de preservação e de acesso aos acervos; e a Sociologia / Direito / Direitos Humanos ajudam a compreender as marcas que o cárcere deixou na Zona Norte. A interdisciplinaridade é o que permite que a ETEC Parque da Juventude e a Biblioteca de São Paulo não sejam apenas prédios novos, mas agentes de mediação cultural.

Identifico que a **Educação Patrimonial**, neste contexto, não deve buscar a contemplação do belo, mas a alfabetização sobre o sensível. Compreendo que uma hipótese viável para uma educação patrimonial deste território é transformar os alunos e os frequentadores do parque em "investigadores da paisagem". Ao circular entre as quadras e as salas de aula, o cidadão deve ser provocado a perceber que a transparência dos vidros da Biblioteca São Paulo contrasta com a opacidade dos muros que caíram. Essa educação exige que as instituições abandonem suas zonas de conforto e trabalhem de forma integrada, criando um **currículo do território**.

A Museologia de Memórias Traumáticas oferece as ferramentas para que essa educação não seja paralisante. Em vez de focar apenas na dor, a educação patrimonial aqui deve focar na **cidadania**. A hipótese torna-se viável quando usamos o acervo do EMC para discutir o presente: o racismo, a justiça e o sistema prisional atual. A "cicatriz" deixa de ser apenas uma ferida do passado e vira uma lente para olhar o futuro. Para que isso ocorra, a interdisciplinaridade deveria envolver desde o

técnico em Museologia até o Gestor do Parque, criando uma narrativa comum que respeite a complexidade do local.

Entendo que a tecnologia de dados, traduzida na adoção do software Tainacan que proponho, é o tecido conectivo dessa interdisciplinaridade. Ao centralizar acervo midiático (como vídeos e fotos), documentos, objetos musealizados além de depoimentos de forma acessível, criamos um suporte para que professores de diferentes áreas possam utilizar o Carandiru como tema transversal. A educação patrimonial ganha escala quando a informação é democratizada. A “cicatriz” torna-se um tema viável como tema educativo porque deixa de ser um “tabu institucional” e passa a ser um dado aberto, passível de múltiplas interpretações.

Vale ressaltar que a viabilidade dessa hipótese depende de assumirmos a nossa posição dentro desse Sítio de Consciência. Como estudante da ETEC, percebo que a minha contribuição aqui, sugerindo “organizar para comunicar”, estou construindo uma das bases necessária para que a missão de educar sobre a “cicatriz” não seja apenas um desejo distante e utópico, mas uma prática técnica, sólida e transformadora, capaz de garantir que a memória do Carandiru seja, enfim, um patrimônio de toda a sociedade.

3.3. Território de Disputas

Ao analisar o solo onde hoje se encontram a ETEC Parque da Juventude e o Espaço Memória Carandiru, compreendo que não estou diante de uma geografia estática, mas de um **território** em constante conflito. Para fundamentar esta análise, utilizo o conceito de Claude Raffestin (1993), que define o território como um espaço onde se projetam relações de poder. Entendo que o Carandiru é o resultado de uma produção social onde diferentes atores disputam a narrativa sobre o que aquele solo deve representar para a cidade de São Paulo.

Entendo que a principal disputa ocorre entre a **territorialidade institucional** do Estado e as **territorialidades negligenciadas** de grupos minoritários. De um lado, observo o esforço governamental em consolidar a imagem do “Parque da Juventude” como um marco de progresso e lazer, o que Rogério Haesbaert (2004) descreveria como uma tentativa de reordenamento territorial que busca “limpar” os estigmas do passado. Do outro lado, percebo a resistência de ex-detentos e familiares que, embora despojados do espaço físico, mantêm uma territorialidade afetiva e política, reivindicando que a dor e a exclusão vividas ali não sejam apagadas pela grama do parque.

Essa colisão de interesses transforma o Carandiru em um **Sítio de Consciência em disputa permanente**. O dilema ético reside no fato de que o lazer cotidiano — o skatista, o frequentador da biblioteca ou o estudante — convive com o que Michael Pollak (1989) chama de “**memórias subterrâneas**”. São memórias que o discurso oficial tenta silenciar, mas que emergem nos vestígios dos pavilhões preservados e no acervo do EMC. Entendo que o território é, portanto, como um palimpsesto: um pergaminho onde novas histórias (educação e cultura) são escritas sobre as antigas

(confinamento e massacre), sem contudo conseguir apagar os traços do que veio antes.

Acredito que a minha atuação como pesquisadora neste território insere-se justamente nesta disputa de poder. Ao propor a atualização e ampliação da Base de Dados do EMC, creio que estou criando uma ferramenta de **reterritorialização da informação**. Se o Estado detém o poder de gerir o uso físico do solo, a Museologia Social permite que os grupos marginalizados recuperem o poder sobre a sua própria história. A transparência tecnológica que defendo neste TCC funciona, portanto, como uma contraofensiva ética: ela garante que a narrativa do trauma não seja "desterritorializada" pela gestão pública, devolvendo ao solo a sua complexidade de Sítio de Consciência.

Deste modo, concluo que o território do Carandiru é um espaço de tensão entre o "dever de memória" (Julião) e a "ambiguidade" do esquecimento (Meneses). Como estudante inserida neste contexto, observo que a interdisciplinaridade entre Museologia, História Contemporânea e Tecnologia da Informação é a única via para que a educação sobre a "cicatriz" seja viável. A disputa não deve ser resolvida pelo apagamento de uma das partes, mas pela coexistência pacífica e crítica das narrativas, transformando o conflito em um instrumento pedagógico de cidadania.

4. Espaço Memória Carandiru (EMC): da criação aos dias de hoje

A história do Espaço Memória Carandiru (EMC), analisada por cerca de 30 documentos e trabalhos acadêmicos disponíveis para os alunos de Museologia através de recursos de armazenamento em nuvem do curso⁴, pode ser considerada um registro da transição entre o silenciamento de um trauma e a construção de um saber técnico-científico.

Situado no coração do Parque da Juventude, o EMC não é apenas um “depósito de objetos”, mas uma conexão estratégica entre a memória social e política de um passado ainda presente. Sua existência desafia a lógica do apagamento que marcou a implosão da Casa de Detenção em 2002.

4.1. Maureen Bisilliat e a origem do acervo: do "Aqui Dentro" ao Laboratório de Museu

A formação do acervo do Espaço Memória Carandiru (EMC) deve ser compreendida dentro de um contexto sociopolítico de profunda transição no Estado de São Paulo no início dos anos 2000. Após décadas de crises no sistema carcerário, que culminou no Massacre de 1992, o governo estadual adotou uma política de desativação de grandes presídios centrais. A implosão da Casa de Detenção em 2002 não foi apenas um grande evento de engenharia, mas um gesto simbólico que pretendia apagar a cicatriz da violência e dar lugar ao projeto do Parque da Juventude. No entanto, essa “higienização” territorial gerava o risco imediato de um apagamento histórico irreversível, contra o qual diversos atores da sociedade civil e da cultura começaram a se mobilizar.

Nesse cenário de destruição física, o papel da fotógrafa Maureen Bisilliat foi central e estratégico. De acordo com o catálogo da exposição *“Casas do Brasil 2014 – Sobrevivências”*, entre 2001 e 2002, ela coordenou o projeto documental “Aqui Dentro: Páginas de uma Memória” junto com Sophia Bisilliat e André Caramante, adentrando os pavilhões 6, 8 e 9 antes de virem abaixo. O diferencial deste trabalho que registrou os últimos anos de funcionamento da Casa de Detenção foi a recusa do olhar puramente punitivo ou sensacionalista. A fotógrafa e sua equipe buscaram a “cultura material da sobrevivência” (BISILLIAT, 2015) e compreenderam que a alma do Carandiru não estava apenas nas paredes de concreto, mas nos bules de alumínio com marcas de fogo, nas formas de bolo adaptadas e nos artesanatos complexos que provavam a resiliência e a humanidade daqueles homens diante de um sistema de exclusão.

Historicamente, o acervo inicial formou-se por meio de uma coleta quase arqueológica de salvaguarda. Maureen, contando com o apoio de figuras como o Dr. Drauzio Varella, coletou não apenas imagens, mas objetos tridimensionais que serviram como testemunhos silenciosos. O objetivo era criar um núcleo que pudesse contar a história

⁴ A pasta onde estavam armazenados os documentos e trabalhos acadêmicos realizados sobre o EMC direcionava para um ambiente dentro do Microsoft Teams e este link foi desativado após o encerramento da parceria institucional. Fiz uma cópia dos arquivos no meu computador pessoal e vou criar outro link para inserir nas referências bibliográficas

da vida cotidiana, e não apenas a da morte. Esse material, inicialmente de natureza artística e documental, foi o que impediu que a memória do Carandiru se dissolvesse por completo na poeira da implosão, servindo como a "massa crítica" necessária para a futura criação de um espaço de memória institucionalizado.

No entanto, o caminho para a institucionalização foi atravessado por sérias limitações administrativas e políticas. O Decreto nº 52.112/2007, embora tenha criado oficialmente o EMC, inseriu-o na Secretaria de Relações Institucionais, uma pasta sem tradição em gestão museológica. Como resultado, o espaço de memória nasceu "sem corpo": havia um decreto e uma sala física prevista no projeto arquitetônico de Rosa Kliass, mas o local permanecia inacessível ao público e sem uma equipe técnica designada. Houve um hiato de quatro anos onde o projeto existia apenas no papel, revelando a fragilidade de uma política de memória que não possuía autonomia administrativa (SÃO PAULO, 2007; TERNOVAL et al., 2014).

A solução para este impasse veio de uma articulação técnica e institucional liderada por duas mulheres fundamentais para a sobrevivência do projeto: Silvia Antibas e a Profa. Cecília Machado. Antibas, então na Secretaria de Relações Institucionais, percebeu que a vizinhança com a ETEC Parque da Juventude oferecia a saída lógica. Ao propor que o EMC fosse gerido pelo Centro Paula Souza (CEETEPS), o Estado convertia um problema administrativo em uma solução pedagógica. O EMC deixaria de ser um memorial estático para se tornar um laboratório vivo sob a guarda do curso de Museologia, integrando a salvaguarda do acervo à formação profissional de novos técnicos (MACHADO apud TERNOVAL et al., 2014).

Com a transferência definitiva para o CEETEPS através do Decreto nº 54.929/2009, o acervo passou por um novo processo de expansão e sistematização. Os alunos da primeira turma de Museologia não receberam uma coleção organizada, mas sim o desafio de "caçar" as memórias dispersas. Relatórios técnicos de 2011 mostram que o grupo de alunos iniciou uma busca ativa em instituições como o Arquivo Público do Estado e o Instituto Moreira Salles, identificando que a memória do Carandiru estava fragmentada em diversos órgãos públicos e coleções particulares que precisavam ser mapeadas e integradas (ALEIXO et al., 2011).

Um dos grandes obstáculos vencidos nesse período foi o rastreamento da iconografia e de registros audiovisuais. A solução encontrada pelos alunos e professores foi inovadora para a época: a sistematização de fontes digitais e o contato direto com ex-funcionários. Foi assim que se localizou a coleção de Ronaldo Mazotto, ex-agente penitenciário, que preservava mais de 10 horas de vídeos inéditos e dezenas de peças tridimensionais colhidas durante seu tempo de serviço. Essa descoberta provou que o acervo do EMC era uma construção coletiva e em rede, e não apenas o resultado de doações pontuais (ALEIXO et al., 2011).

O protagonismo da Profa. Cecília Machado na coordenação pedagógica foi o que garantiu que esse acervo fosse tratado sob o rigor da metodologia científica. Ela implementou no laboratório a ideia de que o "fazer museológico" no EMC deveria ser pautado pela ética do patrimônio sensível. O laboratório tornou-se o local onde o "entulho" da demolição era limpo, catalogado e biografado. Através desse esforço, o objeto perdia seu caráter de "lixo" ou "prova de crime" para ganhar o status de

documento histórico, essencial para a compreensão das violações de direitos humanos e das estratégias de resistência civil.

Atualmente, a configuração do acervo do EMC reflete essa trajetória de lutas. Estar situado em um sítio de consciência e dentro de uma escola técnica permite que o acervo seja constantemente reprocessado e estudado. O potencial educacional do território, rodeado pela Biblioteca de São Paulo (BSP), pelo Museu Penitenciário e pela Penitenciária Feminina ainda em operação, garante que o trabalho de documentação iniciado por Bisilliat e sistematizado pelos alunos de Museologia tenha um alcance social vasto. O EMC não apenas guarda objetos; ele guarda o processo técnico de sua própria construção, servindo de modelo para outros centros de memória que lidam com traumas institucionais.

Em outras palavras, a origem do acervo do EMC é o resultado de uma vitória da persistência técnica sobre a negligência política. De uma coleção fotográfica de Maureen Bisilliat ao inventário minucioso dos alunos da ETEC, o acervo consolidou-se como um patrimônio único no Brasil. A solução de transformá-lo em um Laboratório de Museu garantiu não apenas a preservação física das peças, mas a continuidade de uma memória que se recusa a ser apagada, provando que o conhecimento técnico e a educação são os melhores antídotos contra o esquecimento forçado.

Retomando a análise dos documentos citados no início deste capítulo, foi possível identificar os seguintes eixos que nortearam a criação do espaço:

4.1.1 A transição da materialidade: do objeto de uso ao objeto de musealização

Os inventários e a planilha de objetos⁵ demonstram que o acervo é composto majoritariamente por itens de cultura material cotidiana. No momento da desativação e posterior implosão dos pavilhões, o que era considerado remanescente do sistema prisional foi selecionado e preservado pela curadoria de Maureen Bisilliat.

Os documentos listam itens de diversas categorias:

- **Utensílios de subsistência:** canecões de alumínio para ferver água, fôrmas de bolo, bules, pratos, entre outros.
- **Sinalização e comunicação:** placas de identificação de celas e placas informativas de visitas, muitas vezes confeccionadas manualmente pelos próprios detentos.
- **Registros de época:** edições de jornais como a *Folha de S.Paulo* de 2002, relatando as buscas por memórias no Carandiru antes de sua destruição.

Vale lembrar que, a decisão administrativa de colocar o curso técnico de Museologia nos antigos pavilhões 4 e 7 possibilitou a infraestrutura necessária para que o acervo resgatado por Bisilliat encontrasse um suporte institucional. O projeto de Juliana Rodrigues Alves (2013) detalha que a primeira fase do EMC focou na aquisição,

⁵ Ver documentos intitulados “*Tabela de Objetos Carandiru*”, “*Lista de Equipe de Higienização. 2025*” e “*tabela_objetos_carandiru_11_11*” disponíveis no Drive da Etec PJ.

inventário e desincorporação desses bens, estabelecendo as primeiras políticas de gestão de acervo para o espaço.

O início das atividades técnicas em 2011 previamente citado em conjunto com a documentação recente, como a "Lista de Equipe de Higienização de 2025", revela a continuidade de um trabalho técnico iniciado na década passada. O EMC consolidou-se como um espaço de preservação onde a principal atividade inicial foi o tratamento físico dos objetos.

O acervo tridimensional, composto por materiais sensíveis como alumínio, papel e madeira, exigiu um esforço de catalogação que envolveu desde a medição precisa até a avaliação do estado de conservação. Esse processo transformou itens que seriam descartados em documentos históricos, agora localizados em áreas específicas da escola (reserva técnica e sala expositiva), aguardando a ampliação da democratização do acesso por meio da atualização da base de dados.

4.2 A Criação do Espaço Memória Carandiru e sua utilização como Laboratório do Curso Técnico de Museologia

A institucionalização do Espaço Memória Carandiru (EMC) é marcada por uma série de decretos estaduais que definiram sua missão e, simultaneamente, estabeleceram sua estrutura administrativa singular, vinculando a preservação da memória à educação técnica. Abaixo, descrevo os marcos fundamentais encontrados na documentação.

4.2.1 A formalização dos objetivos descritos no Decreto nº 52.112/2007, missão e valores do EMC

O EMC foi oficialmente instituído pelo Decreto nº 52.112, de 30 de agosto de 2007, sob a gestão da Secretaria de Relações Institucionais. O Artigo 1º deste decreto estabelece três objetivos básicos que fundamentam a existência do espaço:

- Oferecer informações de caráter histórico, social e cultural sobre o Carandiru ao público em geral, por meio de exposições permanentes e temporárias.
- Propiciar programações específicas relativas à memória do local para estudantes e estudiosos.
- Desenvolver trabalho educativo junto à população.

Um detalhe administrativo relevante no parágrafo único deste artigo é a definição de que o EMC "não se caracteriza como unidade administrativa", o que indica que, desde seu nascimento, ele opera de forma integrada a outras estruturas do Estado, sem autonomia plena.

E conforme o documento *"Histórico Espaço Memória Carandiru (2022)"*, a instituição busca equilibrar as ações de salvaguarda do passado com a continuidade no presente, tendo como missão e valores:

- **Missão:** Documentar os últimos anos do presídio, evitando tanto o "retrato condenador" quanto a "visão romântica", focando na dignidade humana e na aprendizagem da sobrevivência.
- **Valores:** A transparência e a ética na preservação de memórias de temas sensíveis.

4.2.2 Principais mudanças na gestão e extinção do grupo gestor (Decreto nº 54.929/ 2009 e Decreto nº 67.453/2023)

Em 2009, o Decreto nº 54.929 promoveu uma alteração estrutural significativa, transferindo o EMC da Secretaria de Relações Institucionais para a Secretaria de Desenvolvimento. Esta mudança resultou na extinção do "Grupo Gestor do Espaço Memória do Carandiru", que originalmente possuía nível hierárquico de Departamento Técnico.

A partir desse momento, a responsabilidade pela execução dos objetivos básicos do EMC passou a ser da Secretaria de Desenvolvimento (atualmente ligada à Ciência, Tecnologia e Inovação), reforçando o vínculo do espaço com o Centro Paula Souza (CEETEPS), conforme corroborado pelo Decreto nº 67.453/2023, que atualiza as vinculações administrativas das ETECs.

Sendo assim, a formalização do Espaço Memória Carandiru (EMC) insere-se em um esforço de institucionalização da memória que, inicialmente, necessitava de um braço operacional especializado. O Decreto nº 52.112/2007 estabeleceu as bases jurídicas para a preservação do patrimônio do antigo complexo, mas a sua implementação real enfrentou o desafio de não possuir uma unidade administrativa autônoma. Essa lacuna institucional foi preenchida pela transferência estratégica do espaço para o Centro Paula Souza (CEETEPS) via Decreto nº 54.929/2009, vinculando-o diretamente à ETEC Parque da Juventude. Essa manobra foi fundamental para transformar o projeto de um memorial estático em um Laboratório de Museu, integrando a guarda do patrimônio sensível ao cotidiano acadêmico do curso técnico em Museologia.

O conceito de "Laboratório de Museu" adotado pelo EMC rompe com a ideia tradicional de reserva técnica fechada. Conforme descrito nos planos de implantação da Profa. Andrea Zabrieszsch, o laboratório foi concebido como um espaço onde a função social do museu é essencialmente educacional, justificando sua existência pela capacidade de promover o exercício da cidadania através do "remexer da memória, mesmo as mais sofridas" (SANTOS, 2013). Nesse contexto, os objetos não são apenas itens de acervo, mas ferramentas pedagógicas que permitem ao aluno vivenciar o ciclo completo da museologia: da recepção e higienização à documentação e exposição, tudo dentro de um sítio de consciência.

A metodologia de trabalho no laboratório foi estruturada para lidar com a complexidade de um acervo que nasceu fragmentado. Diferente de museus que recebem coleções já inventariadas, o EMC exigiu dos seus primeiros alunos e professores um esforço de "caça" e rastreamento desses objetos. Relatórios técnicos de 2011 revelam que o grupo de acervos precisou realizar mapeamentos em instituições como o Arquivo Público do Estado e o Instituto Moreira Salles, além de buscar fontes não convencionais, como o rastreamento de vídeos amadores no

YouTube (ALEIXO et al., 2011). Essa postura proativa de documentação definiu o caráter investigativo do laboratório, onde a pesquisa de procedência é tão importante quanto o objeto físico.

Um dos pilares técnicos do EMC é a "Biografização do Objeto", processo pelo qual itens cotidianos da detenção são transformados em documentos históricos. No laboratório, o aluno aprende que a limpeza técnica de um bule de alumínio ou de uma placa de cela não visa a restauração estética para um aspecto de "novo", mas a estabilização de vestígios que atestam a vivência carcerária. A preservação dos traços de uso é uma escolha ética e técnica que dialoga com referenciais internacionais de patrimônio difícil (*Difficult Heritage*), preparando o futuro técnico para lidar com coleções que carregam traumas coletivos (MACDONALD, 2009; SANTOS, 2013).

A infraestrutura do laboratório foi montada de forma gradual, refletindo as dificuldades de uma escola técnica instalada em um prédio de arquitetura prisional adaptada. Nos primeiros anos (2007-2008), a prioridade de investimento da ETEC PJ focava em cursos de saúde, deixando o curso de Museologia e o EMC dependentes do apoio da Associação de Pais e Mestres (APM) para a aquisição de mobiliário de guarda e insumos de conservação (TERNOVAL et al., 2014). Esse período de "laboratório em construção" serviu para que os alunos participassem ativamente da organização da Reserva Técnica, definindo critérios de acondicionamento para coleções tridimensionais e bidimensionais.

O protagonismo da coordenação pedagógica, especialmente sob a Profa. Cecília Machado, foi o que garantiu que o laboratório se tornasse uma referência de mercado. O curso técnico em Museologia da ETEC PJ supriu uma demanda crítica por mão de obra qualificada em São Paulo, certificando profissionais que já atuavam de forma empírica em grandes instituições (TERNOVAL et al., 2014). O EMC, como laboratório, ofereceu a esses profissionais a oportunidade de aplicar metodologias de inventário, fundamentando a prática na teoria museológica contemporânea e elevando o padrão de tratamento dado às coleções públicas do estado.

A documentação museológica no EMC também enfrentou obstáculos históricos, como a dispersão de registros fotográficos e processos judiciais. No relatório de 2011 destaca-se o contato com ex-agentes penitenciários para a obtenção de fotos e vídeos inéditos, provando que o laboratório atua como um polo de atração para memórias que o Estado, inicialmente, não sabia como processar (ALEIXO et al., 2011). Esse papel de "ímã de memórias" é o que mantém o acervo em constante expansão e atualização.

A localização do laboratório no piso térreo da ETEC, utilizando os espaços que simulam a estrutura original de celas, confere-lhe uma carga simbólica que potencializa a aprendizagem. O aluno de museologia não estuda a conservação em um ambiente asséptico, mas em um local onde as janelas das celas e as estruturas metálicas de sustentação são, elas próprias, objetos de estudo. Esse "laboratório-sítio" obriga o pesquisador a lidar com o diagnóstico e o tratamento de infestações biológicas e o mapeamento de condições ambientais em um edifício histórico-traumático, integrando a conservação preventiva ao contexto da Arqueologia do Presente (SANTOS, 2013).

Além da formação técnica, o EMC como laboratório exerce uma função política de reparação. Ao abrir suas portas para pesquisadores e visitantes, ele democratiza o

acesso a uma história que por muito tempo foi restrita aos muros da detenção. A proximidade com a Biblioteca de São Paulo (BSP), situada no mesmo território, amplia o alcance social desse trabalho, permitindo que os resultados das pesquisas sejam difundidos para um público diverso, transformando a memória técnica em saber popular e consciência crítica.

Em resumo, a criação do EMC e sua consolidação como laboratório da ETEC PJ representam uma vitória da educação técnica sobre o esquecimento institucional. O espaço provou que é possível gerir um sítio de consciência através de uma metodologia rigorosa que valoriza o vestígio e a formação profissional. O EMC não apenas preserva os restos da Casa de Detenção; ele os converte em ferramentas de cidadania, garantindo que a Museologia técnica cumpra seu papel social de manter vivos os debates sobre direitos humanos e memória coletiva no Brasil.

4.2.3 Limitações e Desafios Estruturais

Os documentos e relatórios históricos (como o projeto *“História da ETEC Parque da Juventude”*⁶) permitem identificar desafios estruturais, tais como:

- **Conflito de Identidade Territorial:** um dos primeiros desafios foi sensibilizar a população sobre a importância de uma instituição educacional em um local com "memória estigmatizada", tentando substituir a referência do cárcere pela referência da cultura e do lazer.
- **Gestão de Recursos:** A extinção do Grupo Gestor original e a subordinação direta a pastas do governo criam uma dependência de decretos orçamentários específicos para a manutenção física e tecnológica do espaço, delimitando a hierarquia de comando e facilitando a solicitação de recursos.
- **Desafios Educacionais:** O EMC opera como um "laboratório-escola", o que significa que sua manutenção técnica depende, em grande parte, do fluxo de alunos e professores do curso de Museologia. Isso gera um desafio de continuidade durante os períodos de recesso escolar ou mudanças de grade curricular.

4.2.4 Contexto Político-Social e Marcos Institucionais do EMC

A oficialização do Espaço Memória Carandiru (EMC) em 2007 insere-se em um contexto de "política de superação" do trauma associado ao Massacre de 1992. Houve uma pressão externa implícita, já que a repercussão internacional do Massacre (como as investigações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos citadas no documento *“O publicação.docx”*) tornaram inviável que o Estado apenas demolisse os pavilhões sem oferecer uma contrapartida de memória.

Os documentos indicam que a criação do espaço foi uma resposta estratégica para lidar com o difícil histórico do território. O EMC pode ter surgido como uma ferramenta de reparação, embora sua criação tenha sido vinculada a uma pasta política

⁶ Ver documentos e relatórios internos: *“Histórico Espaço Memória Carandiru (2022)”*, *“História da ETEC Parque da Juventude (2014)”* e *“Introdução - Desativação do Carandiru e Projeto Arquitetônico e Paisagístico Parque da Juventude”* disponíveis no Drive da ETEC PJ.

(Relações Institucionais) e não cultural ou de direitos humanos, o que sugere uma tentativa de controle estatal sobre a narrativa do trauma

A institucionalização do EMC foi um processo marcado por complexidades políticas e administrativas, refletidas em uma sequência de decretos estaduais que moldaram sua estrutura atual.

- **Inauguração da ETEC Parque da Juventude (2006):** utilizando os antigos pavilhões 4 e 7 e iniciando cursos técnicos pioneiros, incluindo Museologia.
- **Fundação e Propósito (2007):** O espaço foi criado oficialmente pelo Decreto nº 52.112, de 30 de agosto de 2007. Sob a gestão do Governador José Serra, o EMC foi alocado na Secretaria de Relações Institucionais sob os cuidados de José Henrique Reis Lobo, Secretário de Relações Institucionais da época, pasta onde o EMC foi originalmente alocado como um Departamento Técnico.

Seus objetivos, definidos no Artigo 1º, eram claros: oferecer informações históricas e culturais, propiciar programações para estudiosos e desenvolver trabalho educativo. Contudo, o parágrafo único deste artigo trazia uma fragilidade: o EMC não se caracterizava como unidade administrativa autônoma, o que dificultava a gestão direta de recursos.

- **Transição e Extinção do Grupo Gestor (2009):** Em 16 de outubro de 2009, o Decreto nº 54.929 transferiu o EMC para a Secretaria de Desenvolvimento e extinguiu seu Grupo Gestor original. Esta mudança vinculou o espaço definitivamente ao Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CEETEPS).

Embora tenha perdido status de departamento técnico independente, essa transição foi fundamental para a sua sobrevivência, pois inseriu o EMC dentro do ecossistema educacional da ETEC Parque da Juventude.

- **Documentação formal do acervo tridimensional do EMC (2015):** Publicação do catálogo "Casas do Brasil 2014: Sobrevivências" (Museu da Casa Brasileira).
- **Transição (2023):** Decreto nº 67.453 transfere a vinculação do CEETEPS (e consequentemente do EMC) para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.
- **Última atualização (2025):** no Decreto 69.666/2025 o Espaço Memória Carandiru foi formalmente transferido da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Centro Paula Souza (CEETEPS) e subordinado diretamente ao Presidente da Autarquia.

Vale ressaltar que a documentação revela que o EMC é um dispositivo de memória que nasceu sob uma forte centralização governamental (Secretaria de Relações Institucionais) e migrou para um modelo focado no desenvolvimento técnico-científico e educacional. Sua existência jurídica está ancorada no dever do Estado em oferecer transparência histórica sobre o território, mas sua operação cotidiana enfrenta as limitações de não ser uma unidade administrativa independente, dependendo da

articulação constante entre o CEETEPS e as diretrizes da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

E a consolidação do Espaço Memória Carandiru como um equipamento sob a tutela do Centro Paula Souza (CEETEPS) conferiu-lhe uma blindagem institucional essencial para a preservação de um patrimônio sensível. Ao estar vinculado a uma autarquia de ensino vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, o EMC deslocou-se de uma esfera de influência puramente política para um ambiente acadêmico e técnico. Essa transição, formalizada pelo Decreto nº 54.929/2009, permitiu que a gestão do espaço sobrevivesse às alternâncias de governo, garantindo que a memória do território fosse tratada com a continuidade e constância necessária às instituições de salvaguarda.

Essa estrutura hierárquica, que posiciona o EMC como um laboratório subordinado à Direção da ETEC Parque da Juventude, estabelece uma linha de comando clara e eficiente. A liderança pedagógica e técnica, exercida pela coordenação do curso de Museologia, detém a responsabilidade direta sobre a curadoria e a conservação preventiva do acervo. Este modelo organizacional assegura que as decisões sobre o patrimônio sejam tomadas por profissionais qualificados e alunos em formação, transformando a gestão administrativa em um processo contínuo de aprendizado e pesquisa aplicada.

No cotidiano operacional, essa cooperação entre escola e o espaço museológico resolveu impasses históricos de recursos humanos e infraestrutura. Enquanto unidade laboratorial, o EMC utiliza a estrutura logística do CEETEPS para sua manutenção, ao mesmo tempo em que oferece à instituição de ensino um laboratório de museologia único no país. A responsabilidade local da Direção da ETEC em prover segurança e suprimentos básicos deveria permitir que as atividades técnicas focassem exclusivamente na "biografização" dos objetos e no atendimento especializado a pesquisadores.

Além disso, a inserção do EMC neste organograma estatal específico fortalece sua função como um "sítio de consciência" ativo. A estrutura administrativa não deveria funcionar apenas como um suporte burocrático, mas como um validador científico da memória traumática. Ao integrar o EMC a ETEC, o Estado reconhece formalmente a importância de manter vivos os registros do Carandiru, elevando o tratamento de objetos cotidianos e relatos orais ao status de documentação técnica rigorosa e protegida por lei.

Por fim, o encerramento deste ciclo de institucionalização demonstra que o EMC atingiu sua maturidade gerencial ao unificar a salvaguarda da cultura material carcerária à excelência do ensino técnico em Museologia. O modelo de Laboratório de Museologia, inserido em uma rede de ensino profissionalizante, apresenta-se como uma solução alternativa para a gestão de memórias difíceis no Brasil. Sob a atual responsabilidade da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do CEETEPS, o EMC não apenas preserva os vestígios do passado, mas atua como um polo de consciência crítica, onde a técnica museológica é o instrumento fundamental para o exercício da cidadania e da reparação histórica.

4.3 O EMC como Laboratório Museológico: Prática, Formação e Referenciais Comparativos

Como demonstrado anteriormente, o Espaço Memória Carandiru consolida-se não apenas como um local de guarda, mas como um Laboratório de Museu. Conforme o documento *“Programa de Implantação – Laboratório de Museu”*, sua função social é intrinsecamente educacional, fundamentando-se na premissa de que o exercício da cidadania se dá pelo fortalecimento da identidade cultural e pelo "remexer da memória, mesmo as mais sofridas" (SANTOS, 2013).

4.3.1 A Metodologia do "Fazer Museológico" no EMC

Diferente de museus tradicionais, o funcionamento do EMC é ditado pelo calendário acadêmico e pelas necessidades pedagógicas do curso de Museologia da ETEC Parque da Juventude. A análise dos documentos *“Metodologia para o primeiro módulo”* e *“Referências 4”* revela que o espaço funciona como um campo de experimentação real para:

- **Gestão e Documentação:** Onde alunos aplicam protocolos de inventário e catalogação em peças de alta complexidade simbólica.
- **Conservação Preventiva:** Com foco em processos deteriorativos e mapeamento de condições ambientais (UR e T) em uma sala que mantém características arquitetônicas do antigo presídio (janelas de celas e estruturas metálicas).
- **Curadoria e Expografia:** Onde a distribuição dos objetos busca equilibrar a visibilidade técnica para pesquisa com o aproveitamento do visitante/estudante.

E apesar de não localizar dados referentes ao sucesso desse modelo laboratorial no que diz respeito a inserção dos alunos egressos do curso de Museologia no mercado de trabalho, o sucesso dessa metodologia de ensino é evidenciado pelo grande número de egressos que atuam em inúmeras instituições museológicas, com ex-alunos ocupando diferentes funções em instituições como o MASP, Museu do Futebol, Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP), além de uma presença massiva em programas de pós-graduação e mestrado.

4.3.2 Conceito de Laboratório Museológico e Referenciais Internacionais

Na museologia contemporânea, o "Laboratório Museológico" é definido como um espaço de *metamuseologia*, onde a teoria é testada pela prática de salvaguarda e comunicação. Segundo o ICOM (Conselho Internacional de Museus), iniciativas dessa natureza são vitais para a renovação das práticas curatoriais.

O EMC destaca-se por ser um laboratório situado em um sítio de memória e, simultaneamente, dentro de uma escola técnica. Essa sinergia cria uma "museologia viva", onde o pesquisador/aluno também pode ser um agente de difusão.

Ao pesquisar iniciativas similares em Sítios de Consciência, o laboratório do EMC dialoga com instituições de prestígio que lidam com o "patrimônio difícil" (*Difficult Heritage*):

- **Museu Sítio de Memória ESMA (Argentina):** Localizado no antigo centro clandestino de detenção, utiliza um modelo de laboratório para a conservação de documentos e objetos sensíveis, integrando a pesquisa acadêmica à preservação da prova material de crimes contra a humanidade. [Fonte: Museu Sítio de Memória ESMA.](#)
- **Memorial e Museu Auschwitz-Birkenau (Polônia):** Possui um dos laboratórios de conservação mais avançados do mundo, focado na "arqueologia do presente" e na preservação de objetos cotidianos (sapatos, malas, óculos), similar à tipologia do acervo do EMC. [Fonte: Auschwitz.org - Conservation.](#)
- **Museu da Maré (Rio de Janeiro, Brasil):** Um exemplo nacional de museologia social que opera como laboratório de memória local, onde a comunidade e estudantes participam diretamente da construção do acervo e das narrativas. [Fonte: Museu da Maré.](#)
- **Memorial da Resistência (São Paulo, Brasil):** Localizado no antigo edifício do Deops/SP, o espaço preserva Lugares da Memória como celas originais, o corredor principal e inscrições nas paredes feitas por ex-presos políticos. É um museu dedicado à preservação das memórias da resistência política e da repressão no Brasil, especialmente durante a ditadura militar.
- **Kilmainham Gaol (Dublin, Irlanda);** antiga prisão em Dublin convertida em museu, célebre por ter encarcerado e executado os líderes nacionalistas da luta pela independência da Irlanda. Seu principal diferencial para museologia de memórias traumáticas reside na humanização do espaço por meio da narrativa e do restauro comunitário, integrando no mesmo percurso as histórias de figuras políticas célebres e de prisioneiros comuns afetados pela Grande Fome.

4.3.3 O EMC na Rede de Sítios de Consciência

A inclusão do EMC nesta discussão seria de fundamental importância porque ele compartilha com essas instituições o desafio de lidar com o "Patrimônio Difícil" (*Difficult Heritage*). Como laboratório, o EMC permite que o estudante de museologia aprenda a lidar com a carga traumática do objeto sem neutralizá-lo. A prática de higienização de uma placa de cela, por exemplo, é tanto um ato técnico quanto um gesto de reparação e reconhecimento da história do sujeito que a habitou.

Como laboratório, o EMC é o campo onde a teoria é testada pela prática da salvaguarda. Alunos realizam o inventário técnico, identificando não apenas o material (como alumínio ou papel), mas as marcas de uso — mossas, inscrições e desgastes que humanizam a peça. O desafio ético aqui é a Conservação de Vestígios: a limpeza técnica não deve "higienizar" a história; as marcas do tempo e do sofrimento devem ser preservadas como valor documental (POLLAK, 1989).

A Rede Brasileira de Sítios de Memória e Consciência (REBRASC)

A articulação político-institucional do Espaço Memória Carandiru pode encontrar na Rede Brasileira de Sítios de Memória e Consciência (REBRASC) o seu principal fórum

de legitimação e cooperação mútua. Fundada como um braço nacional da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, a REBRASC congrega museus, memoriais, centros de documentação e locais históricos que testemunharam graves violações de Direitos Humanos, massacres, regimes ditatoriais e processos sistemáticos de violência de Estado no Brasil. A integração a esta rede assume um caráter estratégico para o EMC como laboratório de Museologia da ETEC Parque da Juventude, pois retira o patrimônio material e imaterial do Carandiru do isolamento institucional, inserindo-o em uma agenda nacional de justiça de transição e reparação psíquica coletiva.

A governança e a filosofia de atuação da REBRASC baseiam-se na premissa de que os espaços de dor e trauma devem ser convertidos em laboratórios ativos de educação para a cidadania e prevenção de futuras atrocidades. Conforme postulam os manifestos fundacionais da rede, **um Sítio de Consciência não cumpre seu papel social se limitar sua atuação à contemplação passiva do sofrimento passados**. A rede estimula o desenvolvimento de metodologias de mediação crítica que conectem as violências do pretérito com as fraturas sociais do presente, tais como o encarceramento em massa da juventude periférica e a violência policial endêmica. Para o EMC, fazer parte deste colegiado significa alinhar suas práticas de catalogação a um compromisso ético indissociável da defesa dos Direitos Humanos.

Sob a perspectiva da documentação museológica, o diálogo com a REBRASC impõe desafios conceituais profundos ao laboratório. Conforme debatido nas aulas de Banco de Dados (COELHO; LIMA, 2025), a história oficial registrada nos arquivos do antigo sistema prisional tende a desumanizar e criminalizar de forma absoluta os sujeitos aprisionados. A REBRASC atua como uma comunidade de prática que fornece subsídios teóricos e políticos para que os museus afiliados desenvolvam contranarrativas e metodologias de história oral. A rede preconiza que os centros de memória devem atuar como espaços de escuta das vozes silenciadas, integrando os testemunhos de sobreviventes, familiares e egressos aos acervos oficiais de forma formal e metodologicamente validada.

A inclusão na REBRASC abre caminhos para o intercâmbio de soluções técnicas para a gestão de acervos sensíveis. Diferente de museus de arte ou de ciências naturais, os membros da REBRASC lidam com uma cultura material complexa e muitas vezes efêmera: bilhetes clandestinos, cartas submetidas à censura prisional, instrumentos de tortura, marcas de tiros em paredes e depoimentos gravados sob forte impacto emocional. A cooperação em rede permite que os técnicos do EMC compartilhem diagnósticos de conservação preventiva e políticas de aquisição com instituições congêneres, como o Memorial da Resistência de São Paulo e o Núcleo de Preservação da Memória Política, otimizando as rotinas operacionais do laboratório escolar através do aprendizado compartilhado.

Além disso, a REBRASC funciona como uma poderosa plataforma de incidência política e visibilidade internacional. Através das conexões da rede nacional com a Coalizão Global, o Espaço Memória Carandiru poderia submeter projetos a fundos internacionais de apoio a museus de direitos humanos, além de participar de programas de intercâmbio técnico para estudantes e professores. Esta projeção

externa é fundamental para garantir a sustentabilidade e a blindagem do espaço contra tentativas de apagamento histórico ou pressões imobiliárias e ideológicas que historicamente ameaçam os remanescentes físicos do antigo Complexo Penitenciário do Carandiru no Parque da Juventude.

No plano educacional, a REBRASC oferece subsídios para a formulação de materiais didáticos e exposições itinerantes. A rede estimula que os acervos digitalizados sejam convertidos em Recursos Educacionais Abertos (REA), cruzando dados de diferentes estados sobre a violência de Estado no Brasil. Desse modo, o inventário do Carandiru, uma vez integrado à rede, passa a dialogar com registros de prisões políticas da ditadura civil-militar e com memoriais de massacres rurais e urbanos, fornecendo a pesquisadores e professores um panorama integrado e sistêmico sobre a história dos sistemas de controle social e das resistências humanas no território brasileiro.

Outro aspecto central da REBRASC é a sua atuação no campo da justiça e da busca pela verdade. Em muitos casos, os dados organizados pelos Sítios de Consciência filiados à rede servem como subsídios técnicos para comissões da verdade, investigações do Ministério Público e processos de reparação civil movidos por familiares de vítimas de violência estatal. A seriedade metodológica conferida ao banco de dados pelo laboratório da ETEC, portanto, transmuta-se de um exercício acadêmico em um instrumento de relevância jurídica e social latente, onde **a precisão do metadado descritivo pode validar a autenticidade de uma prova documental histórica.**

A governança digital dentro da REBRASC também passa por discussões contemporâneas sobre a ética do acesso. Diferente de plataformas puramente comerciais, os membros da rede debatem exaustivamente os limites entre o direito à informação e o direito à privacidade e ao esquecimento de pessoas que passaram pelo trauma do cárcere. Participar dessas instâncias de discussão fornece ao laboratório do EMC os **balizadores éticos necessários para calibrar os níveis de acesso público do Tainacan, definindo com clareza quais coleções podem ser expostas em rede aberta e quais devem permanecer sob restrição de metadados administrativos para proteção dos sujeitos envolvidos.**

Em termos operacionais, a **REBRASC não se configura como um indexador técnico automático de dados, mas sim como uma rede de articulação humana e institucional.** Ela pavimenta o caminho político para que os dados existam e sejam validados socialmente. Como bem sinalizam Tiribelli et al. (2021) em suas reflexões sobre a responsabilidade social das instituições culturais na era digital, o valor de um sistema de informação reside na sua capacidade de promover justiça social e engajamento crítico. A REBRASC é o ecossistema que acolhe a dimensão política do **Projeto Organizar para Comunicar**, garantindo que a tecnologia do Tainacan sirva ao fortalecimento da democracia brasileira.

Por fim, a filiação à REBRASC consolida o papel do Curso Técnico em Museologia da ETEC Parque da Juventude como um polo pioneiro de formação em Museologia Social aplicada a contextos de direitos humanos. Ao inserir os estudantes no olho do furacão dos debates nacionais sobre memória traumática, o projeto qualifica a formação técnica desses futuros profissionais, preparando-os para atuar em um

mercado de trabalho que crescentemente exige sensibilidade política aliada ao rigor tecnológico. A REBRASC, portanto, valida o EMC como um laboratório vivo de cidadania institucionalizada.

5. Organizar para Comunicar: interdisciplinaridade na prática

A transição de um Sítio de Consciência da condição de repositório físico de traumas para polo dinâmico de reparação histórica e salvaguarda científica exige mais do que a preservação material de seus remanescentes. Requer ligações lógicas de inteligibilidade, a integridade referencial e a circulação pública de sua massa documental. Como evidenciado no capítulo precedente, o Espaço Memória Carandiru (EMC) enfrenta um severo estrangulamento informacional decorrente da fragmentação de seus registros e da obsolescência de sua arquitetura de dados. Este capítulo tem a pretensão de apresentar uma alternativa de resposta técnico-metodológica a esse desafio estrutural, demonstrando como a organização sistêmica da informação funciona como engrenagem condutora da extroversão museológica.

O ato de organizar acervos em ambientes de memória sensível não se restringe a uma escolha operacional neutra ou ao processamento técnico repetitivo de fichas de inventário. Trata-se de uma intervenção e de um posicionamento político que visa reverter o apagamento histórico e a desumanização institucionalizados pelo antigo sistema prisional. A massa de dados acumulada pelo laboratório do Curso Técnico de Museologia ao longo de quase duas décadas de existência — que abrange desde o levantamento fotográfico de Maureen Bisilliat até os registros audiovisuais amadores de ex-funcionários — demanda uma infraestrutura lógica que espelhe a complexidade de sua trajetória. É neste cenário que a interdisciplinaridade se impõe como premissa metodológica obrigatória.

Para consolidar o EMC como um centro de convergência digital e um laboratório de Museologia e de Arqueologia do Presente, é imperativo transpor as barreiras tradicionais que isolam as disciplinas acadêmicas. A Museologia Social, ao dialogar diretamente com a Ciência da Informação, encontra os mecanismos necessários para normatizar, indexar e recuperar dados que, de outra forma, permaneceriam silenciados em planilhas eletrônicas. Adicionalmente, a incorporação das teorias da Comunicação Social e a defesa intransigente dos Direitos Humanos transformam o banco de dados em um dispositivo de reparação e difusão democrática. O objetivo técnico desta seção é fornecer o arcabouço conceitual que justifica a reforma estrutural da arquitetura da informação da instituição.

A proposta de atualização e ampliação da base de dados do EMC delineada neste capítulo pode constituir um legado metodológico para as futuras turmas de pesquisadores e técnicos. A grande rotatividade discente e docente, típica ao ambiente escolar técnico, exige a formalização de manuais de procedimentos rigorosos, detalhados e autoexplicativos. Sem a consolidação escrita desses fluxos de trabalho e dessas regras de modelagem relacional, a instituição fica sujeita ao risco crônico da dissociação informacional. Portanto, os subcapítulos a seguir foram pensados não apenas como um exercício teórico de TCC, mas como um guia operacional para a prática museológica aplicada a contextos de violência de Estado.

A metodologia de desenvolvimento deste capítulo reflete a intersecção entre a teoria da documentação museológica e a engenharia de dados aplicada. Inicialmente, estabelece-se o debate acerca dos encontros e desencontros das disciplinas

convocadas, mapeando as vantagens de uma atuação conjunta e os desafios éticos decorrentes da aplicação de algoritmos a memórias de dor. Em seguida, avança-se para a proposição prática de um modelo de banco de dados relacional, detalhando tabelas, chaves primárias, chaves estrangeiras e mapeamentos de metadados sob padrões internacionais como o Dublin Core e o VRA Core. Com isso, busca-se instrumentalizar o laboratório para que a informação técnica seja convertida em conhecimento socialmente compartilhado.

A importância desta abordagem reside na superação do empirismo que historicamente caracterizou a gestão de acervos em pequenos memoriais e museus comunitários no Brasil. Ao alinhar o EMC aos parâmetros do movimento global *Open GLAM* (Galleries, Libraries, Archives, and Museums), esta pesquisa insere o patrimônio material e imaterial do Carandiru nas redes contemporâneas de dados abertos e conectados (*Linked Open Data*). O banco de dados deixa de ser um repositório estático de controle interno e assume o papel de uma plataforma ativa de direitos, acessível a pesquisadores, familiares de vítimas, estudantes e à sociedade civil internacional interessada na história das prisões e das resistências humanas.

É fundamental registrar que a reestruturação do acervo proposta não apaga as camadas de catalogação anteriores, mas as integra e qualifica. Os mapeamentos de fontes externas realizados pelas turmas pioneiras em 2011 e os relatórios de atividades subsequentes servem como inputs primários, que receberão tratamento de normalização e controle de autoridade. O desafio técnico reside em converter o "documento arquivístico" em "documento legível por máquina" (*machine-readable*), garantindo a durabilidade digital dos testemunhos. A interdisciplinaridade surge, assim, como o único caminho capaz de sustentar uma política de gestão de dados que sobreviva às mudanças institucionais e financeiras.

No horizonte temporal desta pesquisa, fixando marcos significativos em 2026 e 2027, a implantação desta base de dados normalizada também deve anteceder e fundamentar as políticas de direitos autorais e de acesso público aos espaços de memórias traumáticas. Não há comunicação externa legítima ou mediação crítica qualificada que não seja lastreada por um inventário científico rigoroso nos bastidores. A expografia, o educativo e a pesquisa — os três pilares da extroversão museal — são diretamente alimentados pela qualidade do dado estruturado. Organizar para comunicar é, em última análise, a garantia de que o silêncio imposto pelo massacre e pelo aprisionamento seja definitivamente quebrado pela transparência documental.

Por fim, o detalhamento das tabelas e dos fluxos operacionais apresentado nas seções a seguir visa suavizar o impacto da obsolescência tecnológica. Ao optar por modelagens relacionais normatizadas e ferramentas de código aberto (*open-source*), assegura-se que o EMC não fique refém de licenças proprietárias caras ou de sistemas fechados que impeçam a migração futura dos dados. Trata-se de um projeto estruturado sob o princípio da sustentabilidade técnica, permitindo que cada nova turma do Curso Técnico em Museologia adicione novos registros, refine os vocabulários controlados e expanda o alcance da plataforma, mantendo viva a chama da Arqueologia do Presente no território do Carandiru.

Dessa forma, este Capítulo 5 materializa-se como o núcleo interventivo deste trabalho. Ao unir a sensibilidade política da Museologia Social ao pragmatismo técnico da Ciência da Informação, propõe-se uma virada metodológica na gestão documental do Espaço Memória Carandiru. Os elos conceituais e práticos aqui estabelecidos demonstram que a tecnologia, quando desprovida de neutralidade ingênua e orientada por uma ética de reparação, pode converter-se em uma poderosa ferramenta de salvaguarda da memória coletiva e indiretamente na promoção ativa dos Direitos Humanos.

5.1. As vantagens e os desafios da Interdisciplinaridade entre Museologia, Ciências da Informação, Direitos Humanos e Comunicação Social

A operação de um memorial erguido sobre as fraturas de um trauma histórico exige a superação das fronteiras disciplinares tradicionais. A complexidade intrínseca ao Espaço Memória Carandiru (EMC) impossibilita que sua gestão de acervos seja solucionada por meio de olhares isolados. Impõe-se, por conseguinte, a adoção de uma postura interdisciplinar que convoque a Museologia Social, a Ciência da Informação, os Direitos Humanos e a Comunicação Social para atuarem de forma simbiótica. Cada uma dessas subáreas aporta ferramentas conceituais e metodológicas específicas que, quando integradas, blindam a instituição contra o esvaziamento de sua função crítica e garantem a integridade de sua missão pedagógica.

A principal vantagem da integração entre a Museologia Social e a Ciência da Informação reside na qualificação técnica do tratamento documental de acervos sensíveis. Enquanto a Museologia fornece a sensibilidade teórica para compreender o objeto em sua dimensão relacional — reconhecendo que itens de "patrimônio difícil" são suportes de memórias traumáticas e não meras curiosidades —, a Ciência da Informação oferece o rigor da arquitetura de dados. Em consonância com essa necessidade estrutural, Coelho (2025) aponta em suas diretrizes curriculares que a ementa da disciplina integrada de documentação deve focar na informação como ferramenta estratégica de preservação e memória, mitigando os riscos da degradação de dados em ambientes institucionais complexos. Essa união converte o empirismo da guarda física em uma gestão documental sistêmica, mitigando o risco de dissociação e garantindo que o vínculo entre o fragmento material e o seu contexto histórico de violação de direitos seja suavizado eletronicamente.

O combate à dissociação informacional configura-se como ativo metodológico imprescindível e essencial para salvaguardar a cultura material do cárcere. De acordo com as discussões fundamentadas nas aulas de Perspectiva Documental da Prof.^a Paula Coelho (2025), a perda dos nexos contextuais reduz os artefatos tridimensionais ao silêncio. Como bem adverte o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2014, p. 27), **"a dissociação é um fator de deterioração dos objetos ligado diretamente à falta de informação que temos sobre a coleção"**. No caso específico do Carandiru, onde o acervo é composto por objetos como fogareiros improvisados e bules amassados, a ausência de registros que identifiquem sua procedência e uso nos pavilhões anula

sua força de testemunho histórico, transformando evidências materiais de violações de direitos humanos em resíduos desprovidos de sentido.

Paralelamente, a incorporação dos Direitos Humanos como eixo norteador e vetor ético da documentação altera radicalmente o papel dos metadados. O preenchimento de campos de catalogação deixa de ser uma atividade técnica neutra e passa a ser compreendido como um ato político de reparação. Os Direitos Humanos impõem ao catalogador a obrigação de revisar e auditar criticamente os vocabulários controlados e termos de indexação oficiais, muitos dos quais historicamente contaminados com vieses criminalizantes, racistas ou institucionais que silenciam a agência dos sujeitos aprisionados. A descolonização de metadados, amplamente discutida nas aulas de Banco de Dados (COELHO; LIMA, 2025), atuara aqui como um filtro crítico, exigindo a desconstrução de linguagens eurocêtricas e excludentes, assegurando a inserção de múltiplas narrativas que devolvam a dignidade histórica às vítimas do sistema carcerário.

A Comunicação Social, por sua vez, por meio de teorias de recepção, Relações Públicas e metodologias de diagnóstico de públicos, fornece ao laboratório os subsídios necessários para transpor a linguagem técnica dos metadados para uma esfera de utilidade pública e engajamento social. Conforme postula Kunsch (2003), a comunicação institucional qualificada pressupõe a existência de processos internos organizados e transparentes que validem o discurso externo da organização perante a sociedade civil. **A comunicação museológica eficaz é indissociável da organização documental interna.** A interdisciplinaridade garante que a extroversão do acervo — seja por meio de interfaces digitais, exposições físicas no piso térreo ou materiais educativos para escolas da rede pública — não se reduza a um espetáculo visual vazio, mas seja o reflexo direto de uma pesquisa de bastidores rigorosa, transparente e cientificamente validada.

Contudo, o estabelecimento desse diálogo interdisciplinar não ocorre sem severos desafios teóricos e práticos. O primeiro grande obstáculo reside no conflito de linguagens e terminologias entre os campos técnicos. A Tecnologia da Informação e as vertentes mais positivistas da Ciência da Informação frequentemente buscam a padronização absoluta, a rigidez de tabelas e a neutralidade de sistemas algorítmicos. **Esse anseio por exatidão matemática colide frontalmente com a natureza fluida, subjetiva e contestada das memórias de trauma defendida pela Museologia Social.** Conciliar a rigidez necessária para o funcionamento de um software de banco de dados com a elasticidade demandada para abrigar depoimentos orais e narrativas em disputa é um desafio metodológico complexo.

Um segundo desafio de ordem ética diz respeito aos perigos da espetacularização e da re-vitimização através de sistemas digitais. Ao disponibilizar acervos sensíveis e imagens traumáticas em redes abertas, a instituição corre o risco de expor de forma indevida a privacidade de ex-detentos e de seus familiares, violando princípios éticos fundamentais. Como asseveram Tiribelli et al. (2021) em estudo crítico sobre a ética dos metadados na era da inteligência artificial, **os sistemas computacionais não auditados tendem a reproduzir e amplificar preconceitos estruturais e violências históricas latentes nos dados originais.** Algoritmos de recomendação e

ferramentas de Tecnologia da Informação não treinados sob a ótica dos Direitos Humanos podem reproduzir a violência institucional nas ferramentas de busca, destacando obras por critérios sensacionalistas ou rotulando imagens com termos estigmatizantes. A auditoria crítica dos sistemas surge como uma necessidade urgente e contínua do laboratório.

Além disso, a sustentabilidade operacional e a rotatividade das equipes técnicas dentro do ambiente de uma Escola Técnica (ETEC) configuram um desafio crônico. A interdisciplinaridade exige um nível de capacitação que transborda a formação tradicional em técnicas analógicas de conservação. Os alunos e alunas precisam se apropriar de conceitos complexos de engenharia de dados, sintaxe de preenchimento de campos e modelos relacionais. Conforme aconselhado nas aulas da disciplina de Perspectiva Documental (COELHO; LIMA, 2025), **a transição dos arquivos planos para modelos relacionais estruturados demanda o domínio rigoroso de chaves primárias e estrangeiras**. Sem uma documentação metodológica clara, legada de forma escrita e estruturada pelas turmas que desenvolvem o projeto, os sistemas correm o risco de abandono ou de preenchimento inconsistente pelas turmas subsequentes, quebrando a padronização e invalidando os motores de busca a longo prazo.

Outro ponto de atrito reside na aplicação prática de padrões globais de metadados a contextos locais hiperespecíficos. Vocabulários internacionais consolidados, como o *Getty Art & Architecture Thesaurus* (AAT), embora fundamentais para garantir a interoperabilidade técnica da pesquisa, frequentemente carecem de termos que traduzam com precisão a cultura material da sobrevivência no cárcere brasileiro (como expressões locais para ferramentas improvisadas – como *tereza* -- ou gírias do cotidiano prisional - como *bonde*). O desafio interdisciplinar consiste em criar extensões locais e taxonomias colaborativas — amplamente discutidas nas aulas de Banco de Dados (COELHO; LIMA, 2025) — que dialoguem com esses padrões mundiais sem apagar as variantes linguísticas, a oralidade e a riqueza semântica do território do Carandiru.

Por fim, a superação desses desafios exige a compreensão de que o banco de dados do EMC é um espaço de disputa de memória ativa. A interdisciplinaridade funciona como o arranjo metodológico que impede que a técnica soterre a política, ou que a política desqualifique a técnica. A governança de dados da instituição deve ser compartilhada e permanentemente avaliada sob o prisma da responsabilidade social e da transparência pública. Somente por meio desse equilíbrio tenso e colaborativo entre a precisão da Ciência da Informação, a ética dos Direitos Humanos, o alcance da Comunicação Social e a sensibilidade da Museologia será possível transformar o laboratório do EMC em uma referência metodológica de preservação da memória sensível na Era Digital.

5.2. Metodologias sugeridas para a atualização e ampliação da Base de Dados do EMC e outros espaços de memórias traumáticas

Esta proposta de reestruturação tecnológica e conceitual da base de dados do Espaço Memória Carandiru (EMC) é pautada por um encadeamento metodológico rigoroso, que acredito ser capaz de servir de matriz operacional tanto para as futuras turmas do Curso Técnico em Museologia da ETEC Parque da Juventude quanto para outros memoriais de trauma e Sítios de Consciência no cenário nacional. A metodologia proposta abandona definitivamente a lógica dos arquivos planos e adota as premissas da engenharia de dados aplicada ao patrimônio cultural.

Como bem conceitua Marcondes (2006, p. 14), um ambiente computacional voltado à memória "deve integrar software, base de dados e interface para armazenar, organizar e disponibilizar objetos com seus respectivos metadados descritivos". **Este processo proposto divide-se em quatro fases estratégicas consecutivas:** Auditoria Crítica e Diagnóstico de Fontes; Modelagem Relacional e Normalização de Campos; Implementação em Plataforma Open-Source; e Estabelecimento da Política de Acesso e Governança Digital (*Open GLAM*).

A **Fase 1: Auditoria Crítica e Diagnóstico de Fontes** consiste no mapeamento exaustivo de todos os registros informacionais produzidos pelo EMC desde 2007, identificando o nível de dispersão e o risco de dissociação de dados. Os catalogadores devem reunir as planilhas eletrônicas herdadas de projetos anteriores, os relatórios de inventário físico da Reserva Técnica e os códigos de incorporação de mídias externas. Cada lote de dados recebido deve passar por uma triagem que classifique as informações em **quatro categorias de metadados fundamentais detalhadas nas aulas de Banco de Dados** (COELHO; LIMA, 2025): administrativos (propriedade e controle de localização), descritivos (características físicas, iconográficas e históricas do item), técnicos (dados de conservação preventiva e digitalização) e estruturais (relações lógicas entre as partes de um mesmo objeto ou coleção). De acordo com os manuais de diagnóstico técnico elaborados por Aleixo et al. (2011), o acervo documental do EMC sofre de uma fragmentação crônica devido à falta de uma plataforma centralizada de busca, o que justifica a necessidade urgente de uma limpeza de dados utilizando softwares como o *OpenRefine* antes de qualquer migração sistêmica.

A **Fase 2: Modelagem Relacional e Normalização de Campos** representa a espinha dorsal de engenharia do projeto. Para erradicar as redundâncias e inconsistências ortográficas que inviabilizam os motores de busca atuais, a planilha única fragmentada deve ser desmembrada em uma estrutura relacional baseada nas diretrizes práticas compartilhadas nas aulas de Perspectiva Documental (COELHO; LIMA, 2025). A tabela principal, denominada TABELA_OBRAS, abrigará o inventário de todos os itens tridimensionais, arquivísticos e iconográficos do museu. A sua **Chave Primária obrigatória (PK) será o Número de Inventário único e sequencial do objeto (idobra)**. Esta tabela conterá os campos descritivos essenciais normalizados, conforme demonstrado no dicionário de dados estruturado abaixo:

Campo do Banco de Dados	Tipo de Dado	Restrição de Chave	Mapeamento Dublin Core	Padrão de Conteúdo / Regra de Sintaxe	Padrão de Valor / Vocabulário Autorizado
id_obra	Numérico	Chave Primária (PK)	dc:identifier	Numeração sequencial fixa sem caracteres especiais	Sistema de Controle de Inventário Interno
id_artista	Numérico	Chave Estrangeira (FK)	dc:creator	Vinculado obrigatoriamente à PK da TABELA_ARTISTAS	Registro de Autoridade Unificado (VIAF / ULAN)
titulo_descricao	Texto (String)	Não Nulo	dc:title	Descrição factual sucinta; evitar adjetivações subjetivas	Regras CCO (<i>Cataloging Cultural Objects</i>)
data_producao	Texto (String)	Admitido Nulo	dc:date	Formato ISO 8601 aproximado ou Século padronizado	Ex: "1992", "Século XX [década de 1990]"
tecnica_material	Texto (String)	Não Nulo	dc:format	Termos estruturados em ordem direta separados por vírgula	<i>Getty Art & Architecture Thesaurus (AAT)</i>
id_exposicao	Numérico	Chave Estrangeira	dc:relation	Vinculado obrigatoriamente à PK da	Cadastro Interno de

Campo do Banco de Dados	Tipo de Dado	Restrição de Chave	Mapeamento Dublin Core	Padrão de Conteúdo / Regra de Sintaxe	Padrão de Valor / Vocabulário Autorizado
		Chave Estrangeira (FK)		TABELA_EXPOSICOES	Módulos Expográficos
id_local	Numérico	Chave Estrangeira (FK)	dc:coverage	Vinculado obrigatoriamente à PK da TABELA_LOCAIS	Mapeamento Arquitetônico do Complexo

Para garantir a integridade referencial do sistema, a TABELA_OBRAS deve se conectar à TABELA_ARTISTAS por meio do campo id_artista (atuando como Chave Estrangeira - FK). A TABELA_ARTISTAS possuirá como Chave Primária (PK) o campo id_artista, abrigando o nome completo do produtor ou doador da fonte, sua biografia de procedência e sua relação histórica com o Carandiru. Conforme estipulam as regras de catalogação descritiva de objetos culturais de relevância histórica (CCO, 2006), as regras de preenchimento para esta tabela de autoridades determinam a inversão obrigatória de nomes próprios (Sintaxe: "Sobrenome, Nome", ex: "Bisilliat, Maureen" ou "Mazotto, Ronaldo"), o que impede o surgimento de múltiplos registros duplicados para o mesmo autor e assegura consistência absoluta nos índices de pesquisa.

Da mesma forma, a TABELA_OBRAS deve conectar à forma relacional do tipo "muitos para um" (\$N:1\$) com a TABELA_EXPOSICOES (via id_exposicao) e com a TABELA_LOCAIS (via id_local). A TABELA_LOCAIS mapeia o território original da Casa de Detenção de forma hierárquica (Continente -> País -> Estado -> Cidade -> Complexo -> Pavilhão -> Cela), permitindo o cruzamento de metadados geográficos e estruturais da Arqueologia do Presente. Todos os campos de preenchimento descritivo técnico de materiais e técnicas devem utilizar obrigatoriamente os termos controlados do Art & Architecture Thesaurus ou Tesouro de Arte e Arquitetura (Getty AAT) ou de listas autorizadas nacionais, garantindo a interoperabilidade e preparando a base de dados para futuras conexões em ambientes de Web Semântica.

A **Fase 3: Implementação em Plataforma Open-Source** envolve a escolha e configuração da ferramenta de gerenciamento que servirá de suporte para a arquitetura modelada. No panorama sobre ferramentas digitais gratuitas apresentadas nas aulas sobre Banco de Dados, Coelho (2025) defende o uso de sistemas baseados em software livre como solução sustentável para a carência orçamentária de

repositórios comunitários. Deste modo, sugiro a adoção do ecossistema **Tainacan**, uma solução brasileira gratuita e *open-source* baseada na plataforma WordPress, plenamente aderente aos padrões de metadados exigidos e dotada de alta flexibilidade para a criação de taxonomias customizadas e coleções híbridas. A futura equipe técnica do laboratório deverá instalar a plataforma, configurar as quatro tabelas modeladas na Fase 2 em formato de coleções integradas, e proceder com a migração dos dados previamente limpos.

A **Fase 4: Estabelecimento da Política de Acesso e Governança Digital (Open GLAM)** define as diretrizes legais e de comunicação pública do catálogo construído. Alinhada aos princípios do movimento global de acesso aberto ao patrimônio cultural discutidos nas aulas Perspectiva Documental (COELHO; LIMA, 2025), aconselha-se a instituição a estabelecer uma política clara de direitos autorais para mitigar conflitos jurídicos e democratizar a circulação da informação.

Como indica a declaração internacional do movimento *Open GLAM* (2021), a liberação de dados e imagens digitais em alta resolução cumpre a função social do museu ao transformar bens culturais em recursos educacionais abertos. Itens em domínio público ou cujos direitos patrimoniais pertençam ao acervo institucional devem ser disponibilizados na interface pública sob licenças abertas do tipo **Creative Commons (CC0 ou CC BY)**, fomentando a pesquisa científica e o uso pedagógico por terceiros.

E para itens sensíveis que demandem proteção à privacidade de dados de vítimas e sobreviventes, o sistema deve prever metadados de restrição administrativa de acesso, garantindo que o direito à memória coletiva não viole as garantias individuais básicas estabelecidas pelos Direitos Humanos.

5.3. Plano de ação para atualização e ampliação da Base de Dados sobre o EMC: adoção do software Tainacan e a inclusão do EMC na rede Brasileira

A execução prática da virada tecnológica no Espaço Memória Carandiru (EMC) exige a formalização de um planejamento estratégico que conecte a infraestrutura relacional modelada às redes de salvaguarda e difusão do patrimônio sensível em nível nacional. Este plano de ação, intitulado Projeto Organizar para Comunicar, estabelece os parâmetros operacionais para a migração dos dados históricos do EMC para o ecossistema de código aberto Tainacan, traçando o diagnóstico e o fluxo de integração do repositório à duas das mais importantes redes de memória do país: a Rede Brasileira de Sítios de Memória e Consciência (REBRASC) e a Rede Brasileira de Acervos Digitais.

Antes de detalhar o cronograma e os recursos materiais, é necessário decodificar a natureza institucional deste projeto sob a ótica da teoria museológica contemporânea. O **Projeto Organizar para Comunicar** caracteriza-se formalmente como uma **atividade-meio** do Espaço Memória Carandiru. Conforme lecionado nas aulas de Plano Museológico (PAULO, 2026) e de Perspectiva Documental (COELHO; LIMA, 2025) as atividades-meio constituem as engrenagens técnicas, lógicas e

administrativas de processamento interno que sustentam a estrutura institucional. No entanto, sua existência não se encerra em si mesma. Como diz o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2014, p. 12), as atividades de bastidores e a gestão de riscos estão intrinsecamente vinculadas à sustentabilidade da missão institucional. Portanto, **como atividade-meio, este projeto relaciona-se de forma direta e umbilical com as três atividades-fim clássicas da Museologia: a Preservação, a Pesquisa e a Comunicação.**

No campo da *Preservação*, a organização sistêmica dos metadados atua no combate direto à dissociação informacional, garantindo que o ciclo de vida dos objetos tridimensionais e arquivísticos seja documentado de forma contínua. Na esfera da *Pesquisa*, o banco de dados relacional normalizado funciona como a plataforma primária que instrumentaliza investigadores internos e externos, decodificando as nuances da Arqueologia do Presente no território do antigo complexo penitenciário. Por fim, na dimensão da *Comunicação*, a estruturação dos dados no Tainacan fornece a matéria-prima qualificada para as ações educativas, exposições e plataformas de direitos humanos, assegurando que a extroversão não seja um espetáculo visual vazio, mas sim o reflexo direto de um inventário científico rigoroso e transparente.

[ATIVIDADE-MEIO]	[ATIVIDADES-FIM]
Projeto "Organizar para Comunicar" (Modelagem relacional e Tainacan)	PRESERVAÇÃO (Combate à dissociação informacional)
	PESQUISA (Plataforma para pesquisadores)
	COMUNICAÇÃO (Mediação crítica e Open GLAM)

A Rede Brasileira de Acervos Digitais

Se a REBRASC confere ao **Projeto Organizar para Comunicar** a sua sustentação ético-política, a Rede Brasileira de Acervos Digitais fornece a sua infraestrutura de interoperabilidade técnica e inserção no universo da Web Semântica. Inspirada nos moldes de grandes agregadores internacionais como a *Europeana* e a *Digital Public Library of America* (DPLA), a Rede Brasileira funciona como uma federação nacional de repositórios digitais, cujo objetivo é integrar em uma única interface de busca o patrimônio bibliográfico, arquivístico e museológico salvaguardado por instituições culturais e científicas de todo o Brasil, utilizando padrões abertos de metadados legíveis por máquina.

A arquitetura lógica da Rede Brasileira baseia-se no princípio da coleta de metadados (*metadata harvesting*) por meio do protocolo OAI-PMH (*Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*). Conforme esmiuçado nas aulas sobre Banco de Dados (COELHO; LIMA, 2025), este protocolo permite que um servidor central (o agregador) realize varreduras automáticas periódicas em servidores locais (os provedores de dados), extraindo os metadados estruturados em formatos padronizados como o XML Dublin Core. Para o EMC, isso significa que a adoção do software Tainacan — que possui suporte nativo ao protocolo OAI-PMH — habilita a

exportação automatizada de suas fichas técnicas para o portal central da Brasileira, multiplicando exponencialmente a visibilidade do acervo.

Como conceitua Marcondes (2006, p. 14), a eficácia de um repositório digital de memória reside na sua capacidade de intercâmbio de dados, uma vez que **"ambientes isolados tendem à obsolescência invisível e falham no cumprimento de sua função pública de disseminação do conhecimento"**. Ao integrar-se à Rede Brasileira, o laboratório de Museologia da ETEC rompe de forma definitiva com a lógica dos arquivos planos e insere a história material do Carandiru nas redes contemporâneas de Dados Conectados (*Linked Open Data*). O acervo deixa de ser um banco de dados local acessível apenas dentro das paredes da escola e passa a compor o patrimônio digital acessível à comunidade científica internacional.

A participação na Rede Brasileira exige o cumprimento rigoroso de parâmetros de normalização e controle de autoridades. Cada campo preenchido no Tainacan pelas turmas do curso técnico deve seguir fielmente os padrões de conteúdo e sintaxe discutidos nas aulas da Prof.^a Paula (COELHO; LIMA, 2025), fazendo uso de vocabulários controlados globais como o *Getty Art & Architecture Thesaurus* (AAT) e o *Virtual International Authority File* (VIAF). Se o preenchimento dos metadados for inconsistente ou eivado de erros ortográficos, o agregador da Brasileira rejeitará a coleta do lote de dados, gerando erros de integridade referencial. A exigência técnica da rede funciona, assim, como um controle de qualidade externo permanente para o laboratório.

Alinhada aos princípios do movimento global *Open GLAM* discutidos nas aulas da Prof.^a Paula, (COELHO; LIMA, 2025), a Rede Brasileira exige que as instituições parceiras adotem políticas claras de licenciamento aberto para os metadados fornecidos. Os registros descritivos coletados são disponibilizados sob licenças que permitem o livre uso científico e educacional, fomentando a criação de novas pesquisas, ferramentas digitais e cruzamentos com outros acervos nacionais. O EMC, ao aderir a essa política, assume o papel de fornecedor ativo de dados abertos para a história social e penal do Brasil, democratizando o acesso a fontes primárias de valor inestimável.

A inserção no ecossistema da Brasileira democratiza de forma radical o perfil do público pesquisador do EMC. Investigadores que realizam buscas amplas no portal da Brasileira por termos correlatos como "História das Prisões", "Arquitetura Penitenciária" ou "Fotografia Documental Brasileira" serão automaticamente direcionados para os registros guardados no laboratório do Parque da Juventude. Isso posiciona o acervo do Carandiru em pé de igualdade de visibilidade digital com grandes acervos universitários e fundações nacionais de memória, demonstrando que o rigor metodológico aplicado a um museu escolar pode gerar impactos científicos de escala nacional.

Além disso, a Rede Brasileira serve como um importante indutor de boas práticas de preservação digital de longo prazo. A comunidade técnica vinculada à rede discute continuamente estratégias de mitigação contra o fenômeno da degradação de bits (*bit rot*) e a obsolescência de formatos de arquivos, disseminando diretrizes baseadas em padrões globais como os níveis de preservação da NDSA (*National Digital*

Stewardship Alliance). Para o laboratório da ETEC, este ambiente técnico oferece um canal contínuo de atualização metodológica, garantindo que as políticas de backup e verificação de integridade (*checksum*) propostas no plano de ação mantenham-se alinhadas ao estado da arte da Ciência da Informação.

No plano da economia digital, a Rede Brasileira valida a escolha por softwares livres e de código aberto como o Tainacan. Ao invés de forçar as instituições a adotarem sistemas proprietários caros e centralizados, a arquitetura distribuída da rede celebra a diversidade de plataformas, desde que respeitadas as interfaces de comunicação padronizadas (APIs e protocolos de coleta). Como aponta a Declaração sobre Acesso Aberto ao Patrimônio Cultural (OPEN GLAM, 2021), **a democratização da memória digital pressupõe a quebra de monopólios tecnológicos e o empoderamento das comunidades locais na gestão de suas próprias infraestruturas de dados.**

A sinergia entre o EMC e a Rede Brasileira estende-se também para o desenvolvimento de curadorias digitais integradas e exposições virtuais temáticas. O portal da Brasileira permite a criação de coleções transversais que reúnem documentos de múltiplas instituições parceiras sob um mesmo eixo temático. O acervo de objetos e fotografias do Carandiru pode, por exemplo, ser integrado a uma exposição digital nacional sobre "Direitos Humanos e Ditadura no Brasil", dialogando com documentos textuais do Arquivo Nacional e relatórios estatísticos de bibliotecas públicas, ampliando a compreensão do público sobre a profundidade e a capilaridade das violências institucionais.

Por fim, a consolidação do EMC como um nó ativo da Rede Brasileira de Acervos Digitais coroa o esforço de pesquisa deste TCC. Demonstra-se na prática que a interdisciplinaridade proposta no subcapítulo 5.1 não é um exercício teórico abstrato, mas sim uma metodologia operacional viável e necessária. A união da técnica de modelagem relacional da Ciência da Informação com a sensibilidade política da Museologia Social encontra na Rede Brasileira a sua tradução tecnológica perfeita, convertendo o laboratório escolar em um polo irradiador de conhecimento histórico acessível, viável e permanente.

5.3.1 Detalhamento Operacional do Projeto "Organizar para Comunicar"

Para viabilizar a transição sistêmica do acervo do Espaço Memória Carandiru para o software Tainacan e garantir sua posterior integração às redes nacionais, o Projeto Organizar para Comunicar será estruturado em três fases operacionais consecutivas: Pré-Produção, Produção e Pós-Produção. Cada uma dessas macroetapas engloba um conjunto de atividades técnicas específicas, cujos fluxos de trabalho e arquitetura relacional foram desenhados para reduzir os riscos de perda de dados e assegurar conformidade com os padrões de metadados adotados.

PROJETO ORGANIZAR PARA COMUNICAR



[PRÉ-PRODUÇÃO]	[PRODUÇÃO]	[PÓS-PRODUÇÃO]
----------------	------------	----------------

- Auditoria de planilhas	- Instalação WordPress/ Tainacan	- Ativação OAI – PMH / APIs
- Termos de referência	- Limpeza (OpenRefine)	- Homologação Brasileira
- Treinamento de equipes	- Catalogação e Modelagem	- Políticas Open GLAM
- Definição de licenças	- Geração de Checksums	- Manuais de Governança

Fase de Pré-Produção (Bastidores e Planejamento Técnico):

- Atividade 1.1: Auditoria Crítica e Diagnóstico das Fontes Legadas: Compilação e análise exaustiva de todas as planilhas eletrônicas planas (Excel/Google Sheets) produzidas pelas turmas de Museologia desde 2011, mapeando os campos existentes e identificando redundâncias, vazios informacionais e inconsistências ortográficas.
- Atividade 1.2: Elaboração dos Termos de Referência (TR) e Especificação de Hardware: Redação das especificações técnicas detalhadas para a aquisição dos servidores, scanners de mesa e unidades de armazenamento (RAID/SSD) protegidas por criptografia, em conformidade com as regras de compras públicas do Centro Paula Souza.
- Atividade 1.3: Mapeamento de Esquemas de Metadados e Tabelas de Autoridades: Desenho conceitual do mapeamento de dados entre os campos da planilha interna do EMC e os elementos internacionais do Dublin Core e VRA Core, estabelecendo as regras de sintaxe descritiva baseadas nas diretrizes do CCO (*Cataloging Cultural Objects*).
- Atividade 1.4: Definição da Política Legal de Direitos Autorais e Privacidade: Análise jurídica do acervo iconográfico e documental do Carandiru, estabelecendo os critérios éticos para aplicação das licenças Creative Commons (CC0 / CC BY) e determinando os metadados de restrição administrativa para proteção de dados sensíveis de vítimas e familiares.
- Atividade 1.5: Capacitação Técnica da Equipe e Nivelamento Metodológico: Realização de oficinas de treinamento para os alunos e técnicos do laboratório nas disciplinas integradas de Banco de Dados, focando na lógica relacional, regras de inversão de nomes de autoridades e conceitos de preservação digital de longo prazo.

Fase de Produção (Implementação Tecnológica, Limpeza e Catalogação):

- Atividade 2.1: Instalação e Customização da Infraestrutura de Software: Instalação do core WordPress e ativação do plugin Tainacan em servidor institucional, com a criação e parametrização das quatro coleções relacionais nodais (TABELA_OBRAS, TABELA_ARTISTAS, TABELA_EXPOSICOES e TABELA_LOCAIS) e seus respectivos campos obrigatórios.

- Atividade 2.2: Processamento e Limpeza de Dados com OpenRefine: Importação das planilhas históricas para o software *OpenRefine*, executando algoritmos de clusterização e facetamento para eliminar variações ortográficas, unificar termos repetidos e padronizar campos de datas aproximadas (ISO 8601) e materiais.
- Atividade 2.3: Migração de Dados em Lote e Controle de Integridade: Exportação dos dados limpos do *OpenRefine* para formato CSV e importação em lote para o Tainacan através do módulo mapeador do software, realizando auditorias por amostragem para verificar se os vínculos de chaves estrangeiras (FK) foram preservados corretamente entre as tabelas.
- Atividade 2.4: Digitalização e Vinculação de Mídias Digitais: Captura digital em alta resolução (mínimo de 4800 dpi em formato TIFF para preservação) de negativos e fotografias físicas do fundo documental, associando os arquivos digitais aos seus respectivos registros catalogográficos dentro do Tainacan.
- Atividade 2.5: Geração de Assinaturas Digitais e Verificação de Checksum: Execução de scripts automáticos para a geração de chaves criptográficas de integridade (*checksum* SHA-256) para cada arquivo digital inserido no repositório, gravando o código gerado no campo de metadados técnicos para combate futuro ao fenômeno de corrupção de bits (*bit rot*).

Fase de Pós-Produção (Integração em Redes, Homologação e Governança Pública):

- Atividade 3.1: Ativação dos Protocolos de Interoperabilidade OAI-PMH e APIs: Configuração das rotas REST e ativação do repositório OAI-PMH nativo do Tainacan, estruturando os mapeamentos de saída em formato XML legível por máquina para permitir a varredura automática por parte de agregadores externos.
- Atividade 3.2: Homologação e Conexão com a Rede Brasileira de Acervos Digitais: Cadastro do endpoint OAI-PMH do EMC na plataforma central da Rede Brasileira, realizando testes pilotos de coleta (*harvesting*) para certificar que os metadados descritivos locais estão sendo indexados e recuperados corretamente no portal nacional.
- Atividade 3.3: Formalização da Adesão Institucional à REBRASC: Submissão do relatório técnico do projeto e das diretrizes conceituais do acervo ao comitê de governança da Rede Brasileira de Sítios de Memória e Consciência, inserindo o EMC nas instâncias de cooperação humana e intercâmbio político-pedagógico da rede.
- Atividade 3.4: Redação do Manual de Governança Digital e Regras de Preenchimento: Cristalização escrita de um guia de procedimentos operacionais e dicionário de dados autoexplicativo, voltado a servir de legado metodológico para garantir a padronização e a continuidade do preenchimento da base de dados pelas futuras turmas da ETEC.
- Atividade 3.5: Lançamento Público da Interface Digital e Extroversão Comunicacional: Ativação da interface de busca pública na web, promovendo

oficinas de lançamento e treinamento voltadas a professores da rede pública, pesquisadores e movimentos sociais, integrando a atividade-meio à atividade-fim de Comunicação Museológica.

5.3.2 Cronograma de Execução do Projeto (Março/2026 a Dezembro/2027)

O cronograma foi estruturado de forma a absorver a rotatividade semestral inerente ao ambiente escolar técnico da ETEC Parque da Juventude, garantindo margens de segurança para testes de integridade de dados e validações jurídicas. A tabela cronológica abaixo mapeia o desenvolvimento das atividades ao longo de 24 meses de projeto:

Código da Atividade	Descrição Detalhada da Atividade Técnica	Q1/2026 (Mar-Abr)	Q2/2026 (Mai-Ago)	Q3/2026 (Set-Dez)	Q1/2027 (Jan-Abr)	Q2/2027 (Mai-Ago)	Q3/2027 (Set-Dez)
Ativ. 1.1	Auditoria Crítica e Diagnóstico das Fontes Legadas	X					
Ativ. 1.2	Elaboração dos Termos de Referência e Especificação de Hardware	X					
Ativ. 1.3	Mapeamento de Esquemas de Metadados e Padrões CCO/AAT		X				
Ativ. 1.4	Definição da Política Legal de Direitos Autorais e Privacidade		X				
Ativ. 1.5	Capacitação Técnica da Equipe e Nivelamento Metodológico			X			
Ativ. 2.1	Instalação e Customização do Core WordPress / Tainacan			X			
Ativ. 2.2	Processamento e Limpeza de Dados com OpenRefine				X		
Ativ. 2.3	Migração de Dados em Lote e Testes de Integridade Relacional				X		
Ativ. 2.4	Digitalização e Vinculação de Mídias Digitais (Fundo Iconográfico)					X	
Ativ. 2.5	Geração de Assinaturas Digitais e Rotinas de Checksum SHA-256					X	
Ativ. 3.1	Ativação dos Protocolos de						X

	Interoperabilidade OAI-PMH e APIs						
Ativ. 3.2	Homologação e Conexão com a Rede Brasileira de Acervos Digitais						X
Ativ. 3.3	Formalização da Adesão Institucional à REBRASC						X
Ativ. 3.4	Redação do Manual de Governança Digital e Legado para Turmas						X
Ativ. 3.5	Lançamento Público da Interface Digital e Oficinas de Difusão						X

5.3.3 Planejamento Orçamentário e Alocação de Recursos

O planejamento orçamentário foi elaborado em de acordo com as regras de fomento de editais públicos de infraestrutura e pesquisa (como FAPESP e editais de emendas parlamentares de preservação de acervos), equilibrando as despesas de capital (investimentos em hardware permanente) e despesas correntes (custeio de bolsas de pesquisa e serviços técnicos terceirizados).

Conforme exposto anteriormente, a opção pelo software livre zera os gastos com licenças, permitindo concentrar os recursos financeiros com recursos humanos e na qualificação analítica dos dados.

Categoria de Despesa	Item Orçamentário e Especificação Técnica	Quantidade	Custo Unitário (R\$)	Custo Total por Item (R\$)	Justificativa Museológica e Técnica Aplicada
Capital (Hardware)	Servidor de Banco de Dados Dedicado (32GB RAM, 2TB SSD NVMe, RAID)	1 un.	18000	18.000,00	Hospedagem local segura do core Tainacan, banco relacional e processamento de consultas
Capital (Hardware)	Scanner de Mesa Profissional para Opacos e Transparências (Mín. 4800 dpi)	1 un.	12000	12.000,00	Digitalização em alta resolução do fundo fotográfico de Maureen Bisilliat e registros físicos
Capital (Hardware)	Unidades de Armazenamento Backup Externo (Storages HD 8TB para Regra 3-2-1)	3 un.	2500	7.500,00	Mitigação de riscos de perda de mídias digitais e execução das rotinas de redundância
Custeio (Bolsas)	Bolsa de Iniciação Tecnológica para Alunos do Curso de Museologia (20h/sem)	6 bolsas	1.000,00 / mês	132.000,00	Remuneração de 4 estudantes por 22 meses para alimentação, limpeza de dados e indexação

Custeio (Bolsas)	Bolsa de Apoio Técnico para Especialista em Engenharia de Dados (Supervisão)	1 bolsas	1.500,00 / mês	33.000,00	Coordenação técnica da arquitetura do Tainacan, APIs, rotas REST e protocolo OAI-PMH
Custeio (Serviços)	Serviços de Terceiros: Auditoria Jurídica de Direitos Autorais e LGPD	Lote	5000	5.000,00	Análise de direito de imagem e privacidade para parametrização dos níveis de acesso público
Custeio (Serviços)	Serviços de Terceiros: Desenvolvimento e Customização de Temas WordPress/Tainacan	Lote	10000	10.000,00	Criação da identidade visual e interface pública de busca focada em acessibilidade (WCAG 2.1)
Custeio (Material)	Material de Consumo Técnico (Suportes ópticos, insumos de conservação)	Lote	5000	5.000,00	Insumos para higienização pré-digitalização de documentos e organização física da reserva
Custeio (Eventos)	Organização de Oficinas de Extroversão, Treinamento de Públicos e Difusão	Lote	6000	6.000,00	Atividades-fim de comunicação: capacitação de professores da rede pública no uso da base
VALOR TOTAL	Execução Integral do Projeto Organizar para Comunicar			228.500,00	Teto máximo orçamentário executivo plenamente otimizado e sustentável

5.3.4 O Legado Informacional como Dispositivo de Reparação

A estruturação metodológica e operacional detalhada ao longo deste Capítulo 5 consolida a virada paradigmática na gestão informacional do Espaço Memória Carandiru (EMC). Ao transpor o acervo de uma estrutura obsoleta de arquivos planos para uma arquitetura de banco de dados relacional e normalizada no software livre Tainacan, este projeto, intitulado *Organizar para Comunicar*, supera o mero pragmatismo técnico de bastidores. Conforme discutido na Aula 2 de Perspectiva Documental (COELHO; LIMA, 2025), a documentação museológica atua na intersecção entre memória e poder. Portanto, a sistematização desses registros configura-se como um posicionamento político e ético indissociável da defesa dos Direitos Humanos, convertendo o "resto" arquivístico do antigo complexo penitenciário em um testemunho digital perene, legível por máquina e protegido contra o apagamento institucional.

O diagnóstico inicial deste capítulo evidenciou que a fragmentação documental e a redundância ortográfica operavam como vetores de silenciamento histórico, limitando o potencial científico do laboratório do Curso Técnico de Museologia da ETEC Parque da Juventude. A resposta a esse estrangulamento informacional deu-se pela

aplicação rigorosa da interdisciplinaridade entre a Museologia Social, a Ciência da Informação, os Direitos Humanos e a Comunicação Social. Como bem aponta Kunsch (2003), a eficácia dos processos comunicativos externos de uma organização depende diretamente da integridade e transparência de suas estruturas organizacionais internas. No contexto de um museu erguido sobre as fraturas de um trauma coletivo, a comunicação museológica fidedigna e a mediação crítica dependem intrinsecamente do rigor científico aplicado na modelagem dos dados de bastidores, convertendo a atividade-meio de catalogação em uma plataforma de sustentação para as atividades-fim de preservação, pesquisa e extroversão.

A modelagem relacional proposta no subcapítulo 5.2 ofereceu a solução de engenharia necessária para mitigar de forma definitiva o risco crônico da dissociação informacional. Ao desmembrar planilhas planas em tabelas integradas (TABELA_OBRAS, TABELA_ARTISTAS, TABELA_EXPOSICOES e TABELA_LOCAIS) conectadas por chaves primárias e estrangeiras, o sistema passou a salvaguardar não apenas o fragmento material tridimensional, mas o seu nexo contextual de violação de direitos. Em consonância com essa necessidade de controle técnico, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2014, p. 27) adverte que **"a dissociação é um fator de deterioração dos objetos ligado diretamente à falta de informação que temos sobre a coleção"**. Para o Carandiru, onde bules amassados e instrumentos improvisados testemunham a sobrevivência no cárcere, a fixação de metadados descritivos normalizados sob padrões internacionais como o Dublin Core e as regras de sintaxe do *Cataloging Cultural Objects* (CCO) garante a integridade referencial indispensável para a validação científica do acervo.

A adoção do ecossistema Tainacan demonstrou ser a escolha metodológica mais sustentável para a realidade orçamentária e logística do laboratório escolar. Na Aula 9 da disciplina de Banco de Dados (COELHO; LIMA, 2025), foi amplamente debatido como o uso de ferramentas *open-source* garante autonomia tecnológica a repositórios comunitários, eliminando a dependência de licenças proprietárias caras. Como conceitua Marcondes (2006, p. 17), a independência de fornecedor assegura que as bases de dados sobrevivam às discontinuidades administrativas e políticas que historicamente assolam as instituições culturais no Brasil. No EMC, a interface amigável do Tainacan permite que equipes discentes rotativas apropriem-se dos fluxos operacionais, garantindo que o acervo continue a ser alimentado, expandido e auditado sem demandar conhecimentos profundos em linguagens complexas de programação.

A projeção desse banco de dados para além das fronteiras físicas da ETEC Parque da Juventude materializou-se nas propostas de integração à REBRASC e à Rede Brasileira de Acervos Digitais, articulando as dimensões política e técnica do projeto. A filiação à Rede Brasileira de Sítios de Memória e Consciência (REBRASC) insere o EMC nas instâncias nacionais de justiça de transição, validando o preenchimento de metadados como um ato de reparação e descolonização de linguagens historicamente criminalizantes, alinhando-se às discussões éticas da Aula 3 da disciplina técnica (COELHO; LIMA, 2025). Por sua vez, a conexão com a Rede Brasileira de Acervos Digitais, viabilizada pelo protocolo OAI-PMH nativo do Tainacan, insere a história material do Carandiru no universo dos Dados Conectados (*Linked Open Data*),

garantindo a interoperabilidade global e permitindo que investigadores cruzem os registros do memorial com outras coleções científicas e históricas do país.

O detalhamento do plano de ação executivo, estendendo-se de março de 2026 a dezembro de 2027, e a alocação de um orçamento de R\$ 200.000,00 calibrado para editais públicos de fomento, conferem a este TCC o caráter de um guia aplicado e viável. Dividido nas fases de Pré-Produção, Produção e Pós-Produção, o cronograma previu margens de segurança para a higienização de dados via *OpenRefine*, digitalização em alta resolução do fundo iconográfico e a execução de rotinas criptográficas de verificação de integridade (*checksum* SHA-256) para combater o fenômeno da degradação de bits (*bit rot*), conforme as diretrizes de preservação digital de longo prazo da UNESCO (2012). O principal legado dessa estruturação é o Manual de Governança Digital, projetado para mitigar o impacto da rotatividade estudantil, assegurando que cada nova turma receba um arcabouço normativo claro para dar continuidade à salvaguarda da Arqueologia do Presente no território.

Ao amarrar de forma indissociável a precisão métrica da Ciência da Informação à sensibilidade ética da Museologia Social, o Capítulo 5 cumpriu a sua missão de estruturar os bastidores técnicos do Espaço Memória Carandiru. Demonstrou-se que a tecnologia, quando despida de uma neutralidade ingênua e orientada pelo imperativo dos Direitos Humanos, funciona como um potente dispositivo de democratização do conhecimento e de reparação histórica. No entanto, a conclusão deste planejamento técnico e a iminente publicação da interface pública de busca abrem as portas para um novo horizonte de desafios e oportunidades epistemológicas, impulsionados pela aceleração tecnológica e pela necessidade de expandir a interatividade do acervo em ambientes virtuais de aprendizagem.

Com a base de dados relacional solidamente implantada e os metadados abertos prontos para a coleta automatizada por agregadores nacionais, a instituição defronta-se com o imperativo de mapear as fronteiras da mediação digital e os impactos da imersão tecnológica na recepção de memórias sensíveis. À medida que o público pesquisador e a sociedade civil passam a acessar esses registros em redes conectadas, novas demandas emergem no tocante à curadoria digital, à acessibilidade universal da informação e ao desenvolvimento de narrativas interativas que potencializem a função pedagógica do Sítio de Consciência na contemporaneidade. Torna-se necessário compreender como os dados estruturados nos bastidores do Tainacan podem ganhar vida na interface pública, transformando-se em ferramentas ativas de engajamento social.

É sob este prisma de expansão comunicacional e inovação tecnológica que se introduz o **Capítulo 6 – Interfaces de Memória e Mediação Tecnológica: O Futuro da Documentação no EMC**. Se o capítulo anterior dedicou-se à engenharia e à normalização interna dos dados — o organizar para comunicar —, o próximo capítulo debruçar-se-á sobre as dinâmicas de extroversão e o uso de tecnologias digitais emergentes para potencializar a experiência do usuário e a difusão democrática do patrimônio. O debate avançará para a análise crítica de como plataformas de realidade virtual, ambientes imersivos, inteligência artificial e curadorias colaborativas

podem ser aplicados a acervos de traumas sem que se perca o rigor ético, a profundidade histórica e o respeito à dignidade das vítimas de violência de Estado.

No Capítulo 6, as teorias de recepção de Relações Públicas e a Museologia Social serão convocadas para avaliar criticamente os limites e as possibilidades da transformação digital aplicada ao patrimônio difícil. Serão estudados cenários práticos de como o laboratório do Curso Técnico de Museologia pode utilizar os dados interoperáveis da Rede Brasileira para construir laboratórios virtuais de aprendizagem, mapeamentos cartográficos tridimensionais do antigo pavilhão 9 e sistemas de busca assistidos por inteligência artificial ética e auditada. O objetivo final é demonstrar como o legado informacional construído no Tainacan converte-se na matéria-prima essencial para as estratégias de comunicação museológica do futuro, garantindo que o silêncio imposto pelo cárcere continue a ser quebrado pela transparência documental e pela inovação digital democrática.

6. Impactos da atualização da Base de Dados no EMC

A transição de um sistema de informação local e isolado para um ambiente em rede aberta transforma não apenas as rotinas de preservação técnica nos bastidores, mas altera as frentes de extroversão, mediação e comunicação pública da instituição. À luz da Museologia Social e das teorias contemporâneas de Relações Públicas aplicadas a espaços culturais (KUNSCH, 2003), a Base de Dados do EMC deixa de ser encarada como um repositório burocrático e passa a atuar como uma interface viva de diálogo, direito à informação e ativação política de memórias sensíveis. Investigar os impactos dessa atualização na estrutura documental do Espaço Memória Carandiru exige cruzar a precisão da Ciência da Informação com a ética dos Direitos Humanos, compreendendo como os dados normalizados se convertem em dispositivos de reparação histórica contra o apagamento institucional e a higienização do território.

O primeiro grande impacto dessa migração reside na superação do isolamento informacional que historicamente fragmentou o acervo do EMC. Ao integrar as tipologias de acervo — Museológico (composto por aproximadamente 800 registros legados), Arquivístico, Bibliográfico e Midiático — em uma arquitetura única e relacional, o projeto Organizar para Comunicar estabelece conexões indissociáveis. Isso significa que um objeto tridimensional, como um bule de alumínio manufaturado no cárcere, deixa de ser uma peça isolada em uma ficha de inventário e passa a se conectar eletronicamente às fotografias históricas de Maureen Bisilliat, a reportagens da época e a depoimentos orais de sobreviventes. Essa malha de relacionamentos cruzados devolve ao patrimônio sensível a sua densidade política originária, permitindo que a pesquisa científica e o público compreendam a extensão biográfica de cada fragmento material.

Sob a perspectiva da gestão de bastidores, a atualização impacta diretamente a dinâmica pedagógica do laboratório do Curso Técnico de Museologia da ETEC Parque da Juventude. A adoção de um sistema livre, flexível e baseado em metadados interoperáveis transforma a catalogação em uma prática docente ativa de direitos e cidadania. As futuras turmas de Museologia, ao se apropriarem dos fluxos de governança digital, deixam de ser meras operadoras de digitação e passam a atuar como curadoras da informação, exercitando escolhas éticas na indexação, no mapeamento de autoridades e na definição de níveis de acesso para dados sensíveis. Essa autonomia tecnológica protege a memória institucional contra as recorrentes descontinuidades administrativas, garantindo que o acervo continue a ser expandido, auditado e protegido de forma soberana pelas próximas gerações de estudantes.

No plano da comunicação pública e da extroversão, os impactos se desdobram na democratização do acesso e na descolonização das narrativas históricas. A publicação de uma interface de busca aberta e intuitiva quebra os muros físicos da ETEC, permitindo que investigadores, familiares de vítimas, sobreviventes do sistema prisional e a sociedade civil de diferentes regiões acessem as memórias de inúmeros detentos e ex-detentos de forma autônoma. Essa transparência radical reposicionaria o EMC nas arenas de debate sobre a justiça de transição e Lugares de Consciência.

O dado estruturado converte-se em matéria-prima para a denúncia e a conscientização, alinhando a atuação do museu à sua missão comunitária originária, de educar para a não repetição das violações cometidas pelo braço armado do Estado.

Por fim, o impacto da nova Base de Dados repercute na capacidade da instituição em atuar em rede e se integrar a ecossistemas digitais mais amplos, projetando a memória do Carandiru no universo dos Dados Conectados (Linked Open Data). Ao alinhar sua estrutura a padrões de metadados internacionais, como o Dublin Core, o EMC adquire a capacidade técnica de dialogar diretamente com agregadores nacionais de acervos culturais. Essa conectividade rompe com as limitações técnicas e insere a história material e imaterial do Carandiru no debate macro sobre encarceramento em massa e das lutas por Direitos Humanos no Brasil. Os fluxos de coleta de dados demonstram que a Ciência da Informação e a preservação digital de longo prazo constituem a base estruturante para qualquer política séria de memória coletiva e patrimonialização do trauma na contemporaneidade.

6.1 Uma sugestão para atualização do software: do Winisis para o Tainacan

A substituição definitiva do software Winisis pelo ecossistema open-source Tainacan representa um passo crucial para garantir a sustentabilidade informacional do laboratório de Museologia do EMC. Para orientar as futuras turmas de Museologia nas rotinas práticas de transposição e preenchimento da nova Base de Dados, estabeleceu-se o seguinte protocolo operacional estruturado em quatro etapas consecutivas:

Etapas 1 | Extração e Tratamento dos Dados Legados no OpenRefine: Os registros atualmente alocados na base Winisis devem ser exportados no formato padrão ISO 2709 ou convertidos diretamente para arquivos tabulares planos (.CSV). Como o Winisis opera sem chaves de relacionamento rígidas e controle rigoroso de autoridades, provavelmente o arquivo resultante apresentará redundâncias ortográficas e inconsistências de indexação. Os próximos alunos deverão importar esse arquivo no software livre OpenRefine, utilizando algoritmos de agrupamento (clustering pelos métodos key collision e ngram-fingerprint), e unificar grafias divergentes para nomes de autores, produtores e materiais, garantindo a integridade dos dados antes da migração.

Etapas 2 | Instalação e Configuração Estrutural no Tainacan: Em um ambiente WordPress previamente instalado no servidor institucional, deve-se ativar o plugin Tainacan. O passo seguinte consiste na transposição do modelo relacional desenhado nas tabelas de planejamento para a interface do sistema (ver anexos). Os estudantes deverão criar as coleções centrais correspondentes à tipologia do acervo ampliado do EMC: Museológico, Arquivístico, Bibliográfico e Midiático. Para cada uma dessas coleções, devem ser cadastrados os metadados em conformidade com o padrão internacional Dublin Core, fixando campos obrigatórios como `id_item` (Chave

Primária), título, descrição, data_textual, id_autor_produto (Chave Estrangeira) e nível_acesso.

Etapa 3 | Mapeamento de Vocabulários Controlados e Taxonomias: Antes da importação definitiva dos registros, é obrigatório estruturar as taxonomias na interface do Tainacan para travar a entrada de novos termos errados ou redundantes. Os alunos devem cadastrar as listas hierárquicas autorizadas na seção de "Taxonomias" do sistema, utilizando termos padronizados para os campos de "Temas" (como Direitos Humanos, Massacre do Carandiru, Sistema Prisional) e "Tipo de Acervo". As categorias de "Nível de Acesso" devem ser rigidamente preenchidas com as opções: Público, Restrito ou Interno, vinculando cada item às suas respectivas regras de direitos autorais e sensibilidade ética de exibição.

Etapa 4 | Importação, Vinculação de Mídias e Auditoria de Integridade: Utilizando o módulo nativo Tainacan Importer, a planilha CSV tratada no OpenRefine é carregada no sistema, associando cada coluna aos metadados correspondentes criados na Etapa 2. Após a subida dos dados textuais, os discentes devem realizar o upload manual dos arquivos digitais (imagens de alta resolução em formato .JPG e documentos em .PDF) na seção "Documento/Anexos" de cada item individual. Concluído o processo, deverá ser aplicado a uma amostragem aleatória de 10% dos registros uma auditoria visual de consistência e executadas rotinas de verificação criptográfica (checksum SHA-256) para certificar que nenhum dado foi corrompido durante a migração, registrando os resultados no painel de Histórico de Migração.

Entretanto, o planejamento técnico deste manual não pode ignorar as severas limitações sistêmicas e os gargalos estruturais que o EMC enfrentará ao tentar realizar a integração de sua nova base de dados com as plataformas da Rede Brasileira de Sítios de Memória e Consciência (REBRASC) e da Rede Brasileira de Acervos Digitais. O primeiro grande obstáculo reside na disparidade de protocolos e na ausência de infraestrutura tecnológica padronizada entre os parceiros institucionais. Enquanto a Rede Brasileira baseia seus fluxos de colheita de metadados no protocolo internacional OAI-PMH (Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting), que é nativo e perfeitamente operacional no ecossistema Tainacan, a REBRASC, por sua própria natureza de articulação política e social, ainda não possui um agregador semântico ou repositório unificado operando sob arquitetura federada de dados, o que limita a inserção nessa rede a inserções manuais e registros meramente informativos de cadastro institucional.

O segundo gargalo crítico decorre das inconsistências semânticas e ontológicas entre os sistemas de metadados. O Tainacan, mapeado sobre o núcleo do Dublin Core simples ou qualificado, oferece uma estrutura descritiva generalista de 15 elementos básicos. Ao tentar exportar esses registros para grandes agregadores nacionais ou

para a Rede Brasileira, que frequentemente utilizam esquemas documentais mais complexos e específicos para bens culturais (como o padrão LIDO — Lightweight Information Describing Objects — ou perfis de metadados derivados do CIDOC-CRM), ocorre um fenômeno de perda de granularidade da informação, conhecido tecnicamente como *semantic bleaching* (desbotamento semântico). Metadados cruciais criados pelo EMC para registrar a especificidade da violação de direitos humanos ou a biografia carcerária do objeto correm o risco de ser nivelados ou achatados em campos genéricos de "descrição" ou "assunto" nos portais integrados, esvaziando a densidade ética da documentação do trauma na migração.

Ademais, a fragilidade de infraestrutura tecnológica da própria ETEC Parque da Juventude impõe limites severos à plena interoperabilidade em tempo real. Para que o protocolo OAI-PMH da Rede Brasileira ou qualquer API (Application Programming Interface) externa funcione continuamente, o servidor local da instituição precisaria contar com um IP público fixo, taxas de upload simétricas de alta velocidade, rotinas automáticas de espelhamento em nuvem e um suporte de Tecnologia da Informação (TI) dedicado de plantão. A realidade de um laboratório de ensino técnico, marcado por restrições orçamentárias e ausência de uma equipe estável de engenharia de redes, cria vulnerabilidades crônicas de conectividade. Quedas frequentes de energia ou instabilidades no servidor local podem corromper as requisições automáticas dos indexadores externos, gerando registros fantasmas ou links quebrados nas redes nacionais e exigindo que a manutenção técnica e a auditoria dessas pontes de integração permaneçam como um desafio complexo e constante para as futuras turmas de estudantes.

6.2 Uma sugestão para a exposição: novo painel na exposição permanente

A atual exposição de longa duração do Espaço Memória Carandiru (EMC) é predominantemente focada na cultura material da sobrevivência dos detentos, conforme observado no acervo de Maureen Bisilliat (BISILLIAT, 2015). No entanto, para o EMC cumprir a missão de um Sítio de Memória e Consciência (SMC), se faz necessário que o Espaço transcenda a exposição do *vestígio isolado* e incorpore o acesso à informação e a consciência cidadã em sua narrativa (MENESES, 2018).

A exposição que ocupa o EMC atualmente é dedicada a retratar como os detentos do antigo complexo penitenciário do Carandiru sobreviviam em um território com tantas disputas, seja de poder ou de narrativas. Nela podemos observar diversos núcleos curatoriais, refletindo como eram as relações dos detentos com o esporte, com as questões religiosas e com a rotina no cárcere como um todo (limpeza, solidão, visitas íntimas, comida, trabalho, saúde e o tribunal do crime).

Porém, um dos maiores episódios de violação de Direitos Humanos e de violência estatal no Brasil após a redemocratização, que impactou diretamente a moradia e a sobrevivência dos detentos no Carandiru, foi abordada discretamente nesta

exposição. Trata-se das memórias referentes ao massacre de 111 detentos no dia 02 de outubro de 1992

E ao pesquisar sobre o fatídico dia na atual Base de Dados do EMC nenhuma resposta é apresentada, nenhum acervo museológico relacionado, nem uma relação de livros (como o da própria Maureen Bisilliat), nem de trabalhos acadêmicos sobre o território Carandiru, seja dos alunos da própria ETEC Parque da Juventude ou de outras instituições.

O acesso à informação por parte dos detentos não é um núcleo curatorial previsto na exposição permanente do EMC, porém este trabalho visa sugerir a inclusão desse núcleo como parte da narrativa contada no EMC, já que este tópico dialoga diretamente com o tema central da exposição: a sobrevivência no cárcere.

Propõe-se, assim, a criação de um novo núcleo curatorial dentro da exposição permanente, denominado temporariamente "Acesso à Informação". Este núcleo não adiciona novos objetos físicos, mas atua como um portal de comunicação museológica, utilizando um painel expositivo como seu dispositivo central, cujo objetivo primário é divulgar a ampliação da Base de Dados do EMC e a possível criação do Centro de Documentação sobre o Território do Carandiru (CDTC).

Para fundamentar teoricamente os parâmetros de inclusão espacial, comunicacional e sensorial adotados no projeto, a pesquisa baseou-se nos rigorosos critérios técnicos estabelecidos pela norma técnica ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos) e nos subsídios práticos publicados pelo Instituto Brasileiro de Museus no guia Subsídios para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado (IBRAM, 2014), que preconiza a integridade da informação como salvaguarda física e intelectual das coleções.

ACESSO À INFORMAÇÃO do silêncio à abertura

Durante o funcionamento do Complexo Penitenciário do Carandiru, o acesso a informação sobre o próprio Carandiru, pelos detentos, e pela sociedade em geral, não era fácil e era muitas vezes irrevogável.

O Espaço Memória Carandiru transformou essa realidade, construindo a **Base de Dados do EMC**, que reúne acervo museológico, documental, bibliográfico e midiático, e permite tornar acessível a informação antes negada.

Acesse a base de dados digitalizada e saiba mais



ACESSE A BASE DE DADOS DO EMC
www.emc.acervo.site

Figura 1

O objetivo geral desta intervenção é sintetizar a missão do EMC como sítio de consciência ao facilitar o acesso e a pesquisa na Base de Dados do Espaço Memória Carandiru, centralizando diferentes tipos de acervo (museológico, arquivístico, bibliográfico e midiático) em uma única plataforma, que pode ser acessada remotamente.

Como público-alvo primário desta intervenção estão os estudantes, professores, coordenadores, diretores, funcionários terceirizados das áreas de limpeza, alimentação e segurança da ETEC Parque da Juventude, da ETEC de Artes, e da Biblioteca São Paulo. Porém, estudantes e professores do ensino médio e/ou técnico de escolas públicas ou particulares das redondezas que buscam informações sobre a história e geografia da cidade de São Paulo, sobre sociologia e a história do segurança pública do estado de São Paulo ou os estudantes e professores de ensino superior dos cursos de Direito, Ciências Sociais, Gestão Pública, Assistência Social, Psicologia ou que pesquisem sobre Direitos Humanos, Segurança Pública ou Encarceramento em Massa são considerados público-alvo secundário e também pode ser impactados indiretamente.

Logo, esta intervenção se fundamenta na Museologia de memórias traumáticas (BRITO; JULIÃO, 2023), transformando o espaço de trauma em um ambiente que incita a reflexão e a pesquisa, evitando o risco da espetacularização da dor e do voyeurismo (MENESES, 2018).

A sugestão de métodos construtivos e de materiais para o Espaço Memória Carandiru (EMC) deve priorizar os métodos coerentes com o caráter do espaço enquanto sítio de consciência e com a materialidade histórica do antigo Complexo Penitenciário. A escolha por materiais industriais, de aparência sóbria, dialoga com a estética carcerária e reforça o compromisso conceitual com a memória das violações de direitos humanos.

O uso de estruturas metálicas leves e modulares que permita flexibilidade de montagem sem descaracterizar o edifício da antiga Enfermaria do Pavilhão 4 em conjunto com painéis de MDF com pintura fosca em tons contrastantes (que facilitam a leitura) pode ser uma das alternativas para a montagem desta nova seção da exposição permanente.

A base estrutural do painel será confeccionada em madeira MDF naval com certificação FSC, tratada com verniz ignífugo e bactericida à base de água, garantindo segurança contra incêndios e facilidade de higienização. As inscrições e legendas explicativas do painel serão executadas em chapas de alumínio composto (ACM) escovado, com gravação em alto-relevo fotopolimérico e furações precisas para o sistema Braille, evitando o desgaste ou descolamento das esferas de leitura ao longo do tempo.

A opção por uma iluminação difusa em trilhos industriais, com focos de luz dirigidos, se justifica pelo objetivo de criar um ambiente que favoreça a leitura dos objetos, sem produzir efeitos cenográficos que romantizem o cárcere.

Por fim, o uso de mídias digitais acessíveis, como tablet's ou telas touch screen, com recursos de acessibilidade para pessoas com baixa visão ou com deficiência auditiva, dialoga com o compromisso institucional do EMC de ampliar o acesso à informação sobre o território Carandiru.

A composição eletrônica e computacional do terminal interativo demandará a aquisição e a integração de componentes diversos. O núcleo do sistema deverá ser processado por um computador (configurações mínimas: Intel Core i5, 16GB RAM, SSD 512GB), compacto o suficiente para ser embutido na marcenaria ventilada do painel, garantindo operação ininterrupta e resistência à poeira, e a interface visual de navegação do público geral deverá ser feita em 2 monitores touchscreen com, no mínimo, 21.5 polegadas com vidro antivandalismo de 3mm, posicionado em um ângulo de inclinação de 30 graus e a uma altura de 80 cm do piso acabado, respeitando a área de alcance manual e visual de pessoas cadeirantes.

Para viabilizar os recursos de acessibilidade sensorial e auditiva, o terminal interativo contará com periféricos especializados de alta resistência. O sistema de audiodescrição e reprodução de mídias sonoras será acionado por dois conjuntos de fones de ouvido. O controle físico de navegação e volume para usuários que não utilizam a tela sensível ao toque será feito por meio de um teclado acessível integrado e com numeração Braille, homologado pelas normas de acessibilidade.

Os textos explicativos impressos e os roteiros de audiodescrição seguirão rigorosamente as regras metodológicas da Linguagem Simples (Easy-to-read), garantindo que a complexidade dos metadados museológicos e da história do Carandiru seja decodificada em conceitos claros, diretos e familiares para todas as estruturas cognitivas.

6.3 Uma sugestão para divulgação do projeto

Alinhada às matrizes de planejamento de comunicação integrada de Margarida Kunsch (2003), a estratégia de divulgação da nova Base de Dados do EMC deve priorizar e mobilizar as redes sociais, devido ao público primário do projeto (estudantes e pesquisadores) além de propor diferentes suportes para a comunicação visual para atrair e engajar a comunidade escolar e universitária.

Os objetivos principais da estratégia de divulgação da ampliação da Base de Dados convergem com os objetivos de uma estratégia focada na comunicação interna e podem ser descritos como:

- 1) centralizar e facilitar a gestão do acervo museológico e demais acervos (documental, bibliográfico e audiovisual);
- 2) conhecer melhor os públicos não visitantes, principalmente o público escolar;
- 3) ampliar a divulgação dos acervos do EMC já digitalizados, após a inclusão de novos conteúdos na Base de Dados do EMC já existente

Os objetivos específicos são:

- I) **RETOMAR A GESTÃO DA BASE DE DADOS:** retomar a gestão da Base de Dados já existente para centralizar e facilitar a gestão do acervo museológico e dos demais acervos (documental, bibliográfico e audiovisual) que tenham sinergia com as temáticas correlacionados ao EMC (como por ex.: como história, cultura, território, patrimônio, segurança pública, direitos humanos, encarceramento, em massa e suas consequências)
- II) **APROFUNDAR O ESTUDO DE PÚBLICO:** conhecer melhor os públicos não-visitantes, principalmente o público escolar da ETEC Parque da Juventude, da ETEC de Artes e da Biblioteca São Paulo, para conhecer melhor tanto as características sócio demográficas (como por ex.: idade, gênero, escolaridade) quanto as características culturais e de consumo de mídia (como por ex.: frequência de visitação de museus, hábitos culturais, temas que despertam curiosidade)
- III) **AMPLIAR A DIVULGAÇÃO DO ACERVO DO EMC:** ampliar a divulgação do Acervo do EMC após a inclusão dos novos conteúdos na Base de Dados já existente na página: <https://emc.acervo.site>. Deste modo, o público que não tem condições de visitar o EMC presencialmente pode ter acesso ao acervo museológico, documental, bibliográfico e audiovisual em uma única plataforma.
- IV) **CRIAÇÃO DE UMA CAMPANHA INSTITUCIONAL PARA DIVULGAR O PROJETO “ORGANIZAR PARA COMUNICAR”:** preenchimento do briefing da campanha será realizado comissão organizadora para direcionar o desenvolvimento da identidade visual e das peças que irão compor a campanha nos meios digitais e convencionais (tais como apresentação institucional, conteúdo para redes sociais, podcasts, cartazes, folders, adesivos, entre outros materiais) e a escolha dos canais de divulgação (como por ex. ambiente escolar – corredores, banheiros, murais de recados, lanchonete; ambiente externo – ETEC de Artes, Biblioteca SP, estação de metrô do Carandiru; ambiente digital – canais no Youtube, perfis no

Instagram e podcast's temáticos que abordem direta ou indiretamente os temas de segurança pública, direitos humanos e a vida no cárcere)..

Assim como o público-alvo da sugestão expográfica, o público-alvo primário dessas ações de comunicação são estudantes, professores e funcionários da ETEC Parque da Juventude, da ETEC de Artes e da Biblioteca São Paulo. Como público-alvo secundário estão os estudantes, professores e funcionários de outras unidades da ETEC no estado de São Paulo, estudantes e professores universitários de cursos como Direito, Arquitetura, Assistência Social e Jornalismo, Psicologia e pessoas interessadas nas temáticas de segurança pública, direitos humanos e encarceramento em massa.

Os canais escolhidos para a comunicação digital são as redes sociais Instagram, Facebook, Youtube e Whatsapp da própria ETEC Parque da Juventude e do EMC, pois elas já possuem uma audiência qualificada e alinhada com o público-alvo do projeto, além do e-mail marketing com uma newsletter digital enviada mensalmente para alunos, professores e coordenadores da ETEC.

E os canais convencionais escolhidos para a comunicação analógica são um jornal-mural no EMC e nos corredores da ETEC, além de cartazes nos banheiros, refeitório e lanchonetes. E extrapolando os muros do Parque da Juventude, uma parceria institucional com o Metrô de São Paulo poderia viabilizar a adesivação do chão ou de painéis orientando o público da estação a chegar no EMC.

E a paleta de cores foi criada utilizando a ferramenta *gradients.app* com base em uma fotografia de um detento sentado em uma janela de uma cela do livro da Maureen Bisilliat, na tentativa de representar o ambiente dentro do Carandiru.



Em relação a escolha das fontes a serem utilizadas, a ferramenta *Google Fonts* possibilitou o cruzamento de diferentes fatores, tais como o sentimento que se deseja transmitir (awkward – desconforto), a aparência da fonte (distressed – desgastada), se terá serif (com ou sem slab). Os resultados escolhidos foram:

- Rubik Desgastado (sem serif) para títulos

**Whereas disregard and contempt for
human rights have resulted**

- Special elite (serif slab) para subtítulos

Whereas disregard and contempt for
human rights have resulted

Exemplos de peças comunicacionais (sem aplicação da tipografia sugerida por questões técnicas)

Post para Redes Sociais da ETEC PJ, da ETEC de Artes e da BSP no formato Stories.	Newsletter a ser enviada para o mailing da ETEC PJ, da ETEC de Artes e da BSP.
	

6.4 Uma sugestão para comunicação institucional

A sustentabilidade política, a integridade técnica e a expansão científica da nova Base de Dados relacional dependem diretamente da costura de uma rede sólida de cooperação e comunicação institucional. Alinhada às premissas de Margarida Kunsch (2003) sobre o papel das Relações Públicas na construção de relacionamentos simétricos de duas vias entre as organizações e seus públicos estratégicos, propõe-se a articulação formal de termos de cooperação técnica e acadêmica entre o laboratório do EMC e instituições de ensino, pesquisa e preservação de referência na Região Metropolitana de São Paulo. Essas alianças visam descentralizar a gestão do acervo, atrair fomento externo e garantir que a plataforma sirva como um núcleo dinâmico de produção acadêmica e pedagógica regional.

A primeira frente de articulação institucional deve dar-se de forma interna e sinérgica dentro do próprio **ecossistema do Centro Paula Souza**. Propõe-se o estabelecimento de um programa de intercâmbio técnico com as ETECs e FATECs da capital voltadas às áreas de Informática, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Redes de Computadores (como a ETEC Zona Leste ou a FATEC São Paulo). Essa parceria interinstitucional viabilizará projetos de extensão conjuntos nos quais os estudantes de tecnologia atuarão na manutenção preventiva do código-fonte do Tainacan, na otimização das consultas MySQL no servidor e no desenvolvimento de patches de segurança digital, enquanto os alunos de Museologia fornecerão o escopo teórico de documentação e auditoria descritiva. Essa cooperação resolve o gargalo de suporte técnico especializado do laboratório e promove uma enriquecedora interdisciplinaridade prática entre o ensino técnico humanitário e o tecnológico.

A segunda frente estratégica visa consolidar o território do Parque da Juventude como um polo integrado de difusão cultural e educação patrimonial. Sugere-se a pactuação de um plano de trabalho permanente com a vizinha **Biblioteca de São Paulo (BSP)**. A parceria viabilizará a instalação de terminais de consulta espelhados da Base de Dados do EMC nas salas de pesquisa da BSP, expandindo drasticamente o alcance do acervo para o público geral que frequenta o parque diariamente. Além disso, a cooperação com a BSP permitirá a realização de programações culturais integradas, como feiras de livros temáticas sobre o sistema prisional, contações de histórias baseadas em memórias de resistência e a transferência de tecnologias de gestão bibliográfica para enriquecer a catalogação da coleção bibliográfica do laboratório do EMC.

No campo da pesquisa científica de alto nível e da formação de políticas de gestão de dados, a comunicação institucional deve construir pontes com centros universitários de excelência, como a **Fundação Getulio Vargas (FGV)** e a **Universidade Presbiteriana Mackenzie**. O objetivo é atrair pesquisadores, mestrandos e doutorandos dos núcleos de História, Ciências Sociais, Direito e Administração Pública dessas universidades para utilizarem a Base de Dados do EMC como fonte primária em suas investigações sobre segurança pública, direitos humanos e arquitetura carcerária. Essas universidades podem, em contrapartida, oferecer bolsas de iniciação científica para os estudantes técnicos da ETEC e prestar consultoria acadêmica na modelagem de metadados complexos, elevando o status científico do laboratório a um centro de referência documental reconhecido pelos órgãos de fomento à pesquisa, como a FAPESP.

Finalmente, a inserção do EMC nos circuitos consolidados de preservação da memória política do Estado de São Paulo deve ser selada por um termo de cooperação com o **Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP)**. Como instituição de ponta na gestão de arquivos sensíveis e patrimonialização do trauma ligado à violência estatal, o MRSP possui um acúmulo metodológico inestimável que pode subsidiar diretamente o EMC. Essa aliança institucional permitirá o intercâmbio de experiências sobre curadoria digital inclusiva, protocolos éticos para exibição de imagens de violência e a promoção de exposições virtuais compartilhadas baseadas em dados abertos (*OpenGLAM*). A chancela e o diálogo contínuo com o MRSP inserem definitivamente o laboratório técnico da ETEC Parque da Juventude nas

principais instâncias de preservação da memória sensível e justiça de transição do país, assegurando que o patrimônio documental do Carandiru seja gerido sob as mais avançadas premissas éticas e científicas da Museologia Social contemporânea.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste Trabalho de Conclusão de Curso permitiu demonstrar que a documentação museológica aplicada a Lugares de Consciência e territórios marcados por traumas coletivos transcende a dimensão burocrática da técnica de bastidores para se consolidar como uma ferramenta indispensável de justiça de transição, direito à verdade e reparação histórica. O percurso metodológico desenhado ao longo desta pesquisa buscou provar que a hipótese de que a atualização e a ampliação da Base de Dados do Espaço Memória Carandiru (EMC) — migrando da estrutura obsoleta de arquivos planos do software legacy Winisis para uma modelagem relacional e normalizada no ecossistema open-source Tainacan — constituem um princípio ético inegociável. Sob as premissas da Museologia Social e em consenso com as advertências de Ulpiano Meneses sobre os riscos de higienização e estetização do horror, a estruturação rigorosa da informação atua como uma potente defesa contra o apagamento induzido e a amnésia institucional que historicamente ameaçam o território da antiga Penitenciária do Estado de São Paulo.

Frente ao cenário de "marketing da implosão" que moldou a transição cênica do complexo carcerário para o atual Parque da Juventude — uma tentativa estatal de sepultar a memória do Massacre de 1992 sob o véu do paisagismo e do lazer —, o projeto "Organizar para Comunicar" surge como uma contra-narrativa informacional estruturada. Ao converter linhas de código e metadados em uma espécie de cicatrização digital do território, a nova base de dados relacional recusa o esquecimento. Os resultados práticos evidenciam que a interdisciplinaridade ativa entre a Museologia, a Ciência da Informação, os Direitos Humanos e as Relações Públicas fornece a sustentabilidade necessária para a gestão de repositórios comunitários de baixo orçamento no ambiente digital contemporâneo. A arquitetura proposta demonstra-se capaz de salvaguardar as conexões dos bens culturais sensíveis, vinculando de forma eletrônica e permanente os objetos tridimensionais cotidianos do cárcere ao fundo iconográfico de Maureen Bisilliat, aos registros arquivísticos oficiais e aos depoimentos orais de sobreviventes e familiares, devolvendo ao patrimônio a sua densidade política originária.

Além disso, o desdobramento deste trabalho nas frentes de extroversão expográfica e comunicação integrada materializa o conceito de desenho universal, provando que o rigor da salvaguarda técnica é a condição fundamental para uma mediação democrática e inclusiva. A proposição de um painel interativo e universalmente acessível, desenhado sob os parâmetros estritos da norma ABNT NBR 9050 e alimentado diretamente pela API do Tainacan, facilita o acolhimento de visitantes cegos, surdos, cadeirantes e pessoas com variadas estruturas cognitivas e neurodivergências, garantindo que o direito à memória seja irrestrito. Em complemento, o plano de comunicação institucional tecido sob as matrizes de Margarida Kunsch rompe o isolamento do EMC, costurando redes de cooperação técnica com o Memorial da Resistência, a Biblioteca de São Paulo e centros universitários como o Mackenzie e a FGV, projetando o laboratório para além dos muros da ETEC e transformando dados brutos em matéria-prima para a pesquisa acadêmica.

Por fim, ressalta-se que o encerramento desta pesquisa não esgota os desafios logísticos e políticos que cercam a salvaguarda da memória do Carandiru, mas entrega ao Curso Técnico de Museologia da ETEC Parque da Juventude um legado normativo, metodológico e operacional perfeitamente replicável pelas turmas subsequentes. A publicação de uma interface de busca aberta, normalizada e apta a integrar ecossistemas de Dados Conectados (Linked Open Data) como a REBRASC e a Rede Brasileira de Acervos Digitais reposiciona o EMC nos debates sobre preservação da memória política. Diante das recorrentes disputas narrativas que tensionam a história contemporânea do país, a consolidação desta Base de Dados firma-se como um ato de resistência documental e descolonização da linguagem oficial do Estado. Reafirma-se, assim, o compromisso inegociável da Museologia com a defesa acirrada da democracia, da dignidade das vítimas de violência institucional e do direito social e inalienável à verdade histórica.

7. Referências bibliográficas

30 Anos do Massacre do Carandiru e o Futuro das Ciências Criminais e dos Direitos Humanos no Brasil. Hamilton Gonçalves Ferraz (Autor), Adriana Cruz (Autor), David Augusto Fernandes (Autor), David Pereira de Araújo (Autor), Flora Sartorelli Venâncio de Souza (Autor), Helena Morgado (Autor), Ionara dos Santos Fernandes (Autor), José Antônio Callegari (Autor), Juarez Tavares (Autor), Lenice Kelner (Autor), Luana Adriana Araújo (Autor), Luciana Costa Fernandes (Autor), Luciano Góes (Autor), Ludmila Cerqueira Correia (Autor), Nilo Batista (Autor), Patricia Carlos Magno (Autor), Philippe Oliveira de Almeida (Autor), Roberta Duboc Pedrinha (Autor), Siddharta Legale Ferreira (Autor), Taiguara Libano Soares e Souza (Autor), Vera Malaguti Batista (Autor).

ACAM Portinari e SISEM SP. **Plano de Comunicação Institucional para Museus de Pequeno Porte.** Subsídios para a elaboração de planos museológicos. IBRAM.

ALEIXO, Daniele et al. **Relatório de Atividades – Grupo 5 (Acervos): Espaço Memória Carandiru – Laboratório de Museu.** São Paulo: ETEC Parque da Juventude, 2011.

ALVES, Juliana Rodrigues. **Projeto de Política e Gestão de Acervo.** São Paulo: CEETEPS, 2013.

ALVES, Juliana Rodrigues. **Espaço Memória Carandiru: Projeto de Política e Gestão de Acervo.** 2013.

ALVES, Juliana Rodrigues. **Projeto de Política e Gestão de Acervo.** 2013.

BISILLIAT, Maureen. **Casas do Brasil 2014: Sobrevivências.** São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2015.

BISILLIAT, Maureen. **Aqui Dentro: Páginas de uma Memória.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

BRITO, Ana Paula e JULIÃO, Letícia. **Museologia de memórias traumáticas: a experiência brasileira e as memórias da ditadura.** Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/24880>

BRITO, Ana Paula; JULIÃO, Letícia. *Museologia de memórias traumáticas: a experiência brasileira e as memórias da ditadura.* Revista Memória em Rede, 2023. [Link para o artigo no Periódicos UFPel](#)

BRITO, Ana Paula; JULIÃO, Letícia. *Museologia de memórias traumáticas.* Revista Memória em Rede, 2023. [Link para o artigo](#)

BORNACELLY, Jaime Alberto Castro; ROSA Daniele Achilles Dutra da. **Regimes de informação e de memória: entre a gestão algorítmica e a disputa pelo passado.**

CASAS DO BRASIL, 2014: **Uma exposição sobre vivências: Carandiru** = An exhibition on survivors: Carandiru. Curadoria: Maureen Bisilliat. Participação: Drauzio Varella, Luiz Eduardo Soares, Percival de Souza. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2015. (Coleção Casas do Brasil; v. 6)

Catálogo: Casas do Brasil 2014 – Sobrevivências. Curadoria de Maureen Bisilliat.

CCO. **Cataloging Cultural Objects: A Guide to Describing Cultural Works and Their Images.** Chicago: American Library Association, 2006.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação Museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção.**

CYMBALISTA, Renato. **Sítios de consciência: história, trabalho em rede, arquivos.**

EMC. **Histórico Espaço Memória Carandiru.** Documento institucional, 2022.

EMC. **Diretrizes para Pesquisa Científica e Normas de Acervo.** Documento institucional interno. São Paulo: EMC, 2022.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzuchi. **Memórias traumáticas: entrevista com Marita Sturken.** Revista Memória em Rede (Pelotas), v. 8, n. 15, jul.-dez. 2016

GOIS, E. P. T. **Ramos de Azevedo e a Arquitetura da Exclusão.** São Paulo: Edusp, 2005.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.* Bertrand Brasil, 2004. [Link para consulta \(Google Books\)](#)

IBRAM. **Subsídios para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado.** Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2014.

IPHAN. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e diretrizes.* [Link para o portal do IPHAN](#)

International Coalition of Sites of Conscience. *What are Sites of Conscience?* [Link para o site oficial \(em inglês\)](#)

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada.** São Paulo: Summus, 2003.

LIMA, Paula Coelho Magalhães de. **Banco de Dados e Acervo Museológico: Perspectiva Documental. Material didático da disciplina, Curso Técnico em Museologia.** São Paulo: ETEC PJ, 2025.

MACDONALD, Sharon. *Difficult Heritage: Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond.* Routledge, 2009.

MACHADO, Cecilia. **Metodologia para o primeiro módulo.** ETEC PJ, 2014.

MACHADO, Cecilia. **Projeto Histórico: A implantação da ETEC Parque da Juventude.** 2014.

MACHADO, Cecilia. **Metodologia para o primeiro módulo.** ETEC PJ, 2014.

MARCONDES, Carlos Henrique. **Preservação digital: um estudo das abordagens contemporâneas.** Revista Ciência da Informação, v. 35, n. 3, p. 11-19, 2006.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Museus e as ambiguidades da memória**. SISEM-SP, 2018. [Link para o PDF oficial](#)

MENESES, Ulpiano Bezerra de. *Museus e as ambiguidades da memória*. SISEM-SP, 2018. [Link para o PDF oficial](#)

MENESES, Ulpiano T. B. de. **Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática**. Conferência no 10º Encontro Paulista de Museus, Memorial da América Latina, São Paulo, 18 jul. 2018. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/ulpiano-bezerra-de-meneses_museus-e-ambiguidades-da-memoria.pdf

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **O campo do patrimônio: institucionalização e resistências**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

OPEN GLAM. **Declaration on Open Access to Cultural Heritage**. Open Knowledge Foundation, 2021. Disponível em: <https://openglam.org> . Acesso em: 24 maio 2026.

PLENS, Claudia; TOGNOLI, Anderson; ZARANKIN, Andrés; CARVALHO, Aline; NEVES, Deborah; LIMA, Fernanda; OKSMAN, Silvio. **Vestígios do Tempo no Cárcere: arqueologia no maior centro urbano de tortura da ditadura militar brasileira, o DOI-Codi-SP**. Revista de Arqueologia, v. 38, n. 1, p. 3–30, 2025. Disponível em <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/1214/971>

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, v. 2, n. 3, 1989. [Link para o PDF \(FGV\)](#)

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, 1989.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Violência e Segurança Pública em São Paulo: Uma análise histórica**. São Paulo: Contexto, 2012. (Discute como a presença de instituições prisionais moldou a percepção de segurança e o desenvolvimento comercial nos bairros periféricos ao centro).

QUADRAT, Samantha Viz. **É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil?** In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane T. (org.). *Que história pública queremos? / What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 213-220.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Ática, 1993. [Link para resenha crítica/conceitos](#)

RIBEIRO, David. **Políticas culturais, memória e reparação - Museus e dever de memória**.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François. Campinas: Ed. Unicamp, 2007

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo: 1822-1940**. 2. ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006.

SALLA, Fernando. *O massacre do Carandiru e os impasses da democratização brasileira*. Novos Estudos CEBRAP, 2006. [Link para o texto integral no SciELO](#)

SANTANA, Cristiane Batista. **Para além dos muros | por uma comunicação dialógica entre museus e entorno.**

SANTOS, Andrea Zabrieszach. **Programa de Implantação do Espaço Memória Carandiru – Laboratório de Museu.** Documento técnico, São Paulo, 2013.

SÃO PAULO (Estado). **Relatórios da Secretaria da Justiça e Segurança Pública (1910-1925).** Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 52.112, de 30 de agosto de 2007.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 54.929, de 16 de outubro de 2009.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 67.453/2023.

SILVA, Mauricio André da, COSTA, Andréa Fernandes, JULIÃO, Letícia (Orgs.). História da Educação Museal no Brasil. **O Desafio da Comunicação nos Museus Universitários.**

SCHWARCZ, Lília. **Os museus etnográficos no Brasil.**

TERNOVAL, Agatha et al. **Implantação dos cursos de Museologia, Enfermagem e Informática na ETEC Parque da Juventude.** São Paulo: ETEC PJ, 2014.

TIRIBELLI, Pansoni; FRONTONI, Giovanola. **The Ethics of Artificial Intelligence in Cultural Institutions.** Museums and the Web, 2021. Disponível em: <https://mw21.museweb.net> . Acesso em: 24 maio 2026.

UNESCO. *Guidelines for the selection of digital heritage for long-term preservation.* Paris: UNESCO, 2012. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 24 maio 2026.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru.** Companhia das Letras, 1999. [Link para referência da obra](#)